



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, criado para atender com formação inicial os professores para atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. O curso, origina-se na necessidade de qualificar os profissionais da educação com vínculo orgânico nas escolas do campo, ribeirinhas, quilombolas e extrativistas localizadas na Amazônia Tocantina, vinculado à Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) pertencente ao Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS) em Cametá-PA.

O Curso de Educação do Campo já possui 12 anos de experiência acadêmica na formação de professores em nível de aperfeiçoamento, graduação, pós-graduação e essa história social, educacional, científica e cultural e parte dessa história está documentada na Obra Licenciatura em Educação do Campo UFPA-Cametá: 10 anos de Trajetórias Formativas no Baixo Tocantins (Barros, et al, 2023), que ilustra o acumulado em torno de docência, pesquisas, conhecimentos e práticas que envolvem a educação e as múltiplas formas de vida construídas historicamente pelas populações camponesas, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e pescadores da Amazônia Tocantina.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo foi apoiado pela política de expansão e de reestruturação da educação superior no Brasil (REUNI) feita por meio do Edital nº 02/2012 (SESU/SETEC/SECADI/MEC). Esta política pública de ensino superior, representou a consolidação do direito à educação como resultado das lutas sociais feitas pelos movimentos camponeses no Brasil, assim como expressa o ímpeto do Movimento Nacional Por uma Educação do Campo (CONEC, 1998) na criação dos múltiplos Fóruns, Comitês, Coletivos estaduais e municipais de Educação do Campo e, conseqüentemente, a criação de cursos de graduação para a formação de professores nos territórios camponeses (Hage, et al, 2005).

Por conta da participação nesses coletivos de luta por políticas públicas de Educação do Campo, a UFPA/CUNTINS vem colaborando com a agenda de luta pela afirmação da educação e da identidade dos povos do campo, das águas e das florestas e as suas diferentes atividades e experiências que estão sendo construídas e vivenciadas nos últimos anos em nosso Estado e região. Atuando em parceria com o Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e o Fórum de Educação do Campo, das Águas e da Floresta da região Tocantina (FECAF), a universidade pôde contribuir com a criação do Fóruns de Educação do Campo do município de Mocajuba (FORMEC) em 2011 e de Cametá (FORCEC) em 2012, o Fórum de Educação do Campo, Indígena e Quilombola de Baião (FORBECIQ) em 2017, em Igarapé Miri (FORMECIM) em 2018; e mais recentemente em 2025, colaborou com a criação dos Fóruns de Educação do Campo e Quilombola de Oeiras do Pará (FECQ) e de Limoeiro do Ajuru. Esses marcos socioeducacionais históricos representam importantes contribuições na organização dos povos do campo nesta região, na luta coletiva pela afirmação da educação do campo.

A luta e a colaboração da Universidade Federal do Pará na construção do ?Movimento Paraense Por uma Educação do Campo na Amazônia?, vem exigindo da Universidade outro modelo e postura para atuar na produção de conhecimento e na construção de ciência e tecnologia na região da Amazônia Tocantina e no Estado do Pará, considerando que são nessas vivências interinstitucionais e sociais realizadas nos Fóri sociais e junto às comunidades camponesas, que se apresentam arranjos tecnológicos, produtivos, socioeducacionais e culturais oriundos dos acúmulos tradicionais das populações do campo, necessitando ser pautada na agenda de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, dos Poderes Públicos e dos Fóri de Educação do Campo, Agroecologia, Economia Solidária e outros diferentes movimentos sociais.

Assim, este Curso pretende ofertar uma sólida e teórica formação integral envolvendo docência, pesquisa, extensão e militância durante as alternâncias pedagógicas que se realizarão entre as etapas curriculares, caracterizando a licenciatura como multi e interdisciplinar que pretende ser correspondente à necessidade formativa dos povos do campo, das águas e das florestas nesta região, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Sociais; Linguagem, Códigos e suas Tecnologias e Matemática.

A estrutura curricular está organizada em 04 (quatro) núcleos, identificados como: I Estudos de Formação Geral (EFG) em que apresenta a dimensão geral da formação, Núcleo II Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional (ACCE) em que dar ênfase a dimensão específica da formação em diálogo com a agroecologia, III as

Atividades acadêmicas de Extensão (AAE) e IV dos Estágios Docentes (ECS). Estes núcleos pretendem desenvolver a integração entre as disciplinas, na perspectiva de formação de educadores do campo por áreas de conhecimento.

A formação por áreas de conhecimentos visa integrar-se à práxis educativa na ampliação da profissionalização docente e na construção do projeto pedagógico das escolas do campo, como sendo conhecimentos capazes de compreender, explicar e intervir na vida camponesa, na relação com a agricultura familiar, pesca e o agroextrativismo, em suas situações concretas de vida com a natureza (Caldart, 2011, p. 130; Barros, 2021).

Ao final de 4 anos (8 semestres) de curso, quando cumpridas e integralizadas 100% das Atividades Complementares Curriculares (ACC), pretende-se certificar o cursista em Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em uma das áreas de conhecimentos (Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e Matemática), num total de 3.595 horas, colaborando para o cumprimento da função social, acadêmica, profissional e política da universidade, na formação de profissionais capacitados e competentes com a transformação das condições da educação básica do campo, das águas e das florestas.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins, propõe realizar a formação de educadores, educadoras, juventudes e lideranças das organizações sociais com vistas a construção de práxis educativas e metodologias de ensino e aprendizagens em defesa da Amazônia Tocantina, ancoradas no ensino, pesquisa e extensão para promover afirmação e defesa da profissionalização docente, da escola pública e do patrimônio cultural e genético pertencentes à sociobiodiversidade nos territórios camponeses, quilombolas, ribeirinhos e reservas extrativistas da Amazônia Tocantina.

O Território da Amazônia Tocantina (TAT) abrange uma área de 36.024,20 Km² no Estado do Pará e é composto por 11 municípios (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé- Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia). A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural e ribeirinha, o que corresponde a 52,79% do total. Há 33 comunidades quilombolas com áreas demarcadas pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é 0,68 (Pereira, 2015).

A região onde o Curso de Educação do Campo atua é conhecida como Baixo Tocantins, e engloba os municípios situados mais ao sul da bacia hidrográfica, onde está situado o eixo Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e, em sua adjacências, ficam Oeiras do Pará e Igarapé Miri. Os dados recentes do Censo do IBGE (2022) mostraram que no Pará o maior número de populações quilombolas encontra-se nesta região Tocantina onde Cametá possui registrado 10.135 sujeitos quilombolas; Baião, 12.857 quilombolas e Mocajuba com 4.936 quilombolas, contendo 2.318 km² de áreas protegidas em reservas agroextrativistas, do total de 35.968 km² de campos de natureza e florestas, contendo ainda 02 Unidades de Uso Sustentável em Oeiras do Pará e Baião, que fornecem às famílias ribeirinhas e quilombolas espaços para agricultura familiar, cultivo da mandioca e produção de farinha, cacau e pimenta do reino (PARÁ, 2009).

No território da Amazônia Tocantina, a relação com as águas faz a formação da identidade sociocultural, produtiva e ambiental ser expressão dos modos de vida das populações locais, pois a sua geografia é formada por ilhas, ilhotas, praias, lagoas, igarapés, nascentes, áreas de várzeas e terra-firme, produzindo, por um lado, berçários de peixes e camarões que são a base da alimentação local; e por outro, gerando agriculturas sustentáveis e orgânicas à saúde da população, criando um diversificado sistema cultural de produção e aprendizagens ligado aos ecossistemas das águas, terras e florestas por meio de diferentes práticas de manejos agro/hidro/florestal-ecológicos (Climate-U/UFPA, 2023).

Contudo, estudos mostram que nesses territórios quilombolas e ribeirinhos a vida representada pela sociobiodiversidade está sendo novamente ameaçada, considerando que outrora já tenha sido impactada pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí na década de 70/80. Hoje, essa região territorial e hidrográfica é considerada de importância estratégica para o Brasil e a economia mundial, em razão de sua extensão geográfica, de caráter inter-regional, ligando o centro-oeste à Amazônia e daqui para Europa e Ásia.

Como resultado, o rio, as florestas, as comunidades ribeirinhas, quilombolas e extrativistas enfrentam a criação da "Hidrovia Araguaia-Tocantins-HAT" que enfatiza o discurso do desenvolvimento econômico na região devido sua navegabilidade, transporte e papel estratégico entre os centros produtores de commodities aos mercados internacionais, sem considerar as dimensões locais de meio ambiente e sociabilidade, quando propõe a construção de usinas hidrelétricas eclusas, infraestruturas portuárias, dragagem de sedimentos do leito do rio e derrocagem do pedral do Lourenço (Pereira, et al, 2023; DNIT/O? Martins, 2018).

Estudos mais recentes apresentam diferentes impactos socioambientais provocados pelo avanço do agronegócio que envolve a pecuária e grãos, associada à práticas da especulação

fundiária em função da implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, pois têm gerado venda e/ou arrendamento de terras de pequenos e médios produtores rurais, muitas nas proximidades de áreas quilombolas de Baião e Mocajuba, intensificando as mudanças climáticas que são causadas pela transformação da natureza (Pereira, et al, 2023). Os efeitos recaem fortemente sobre as crianças e jovens mais vulneráveis que vivem nos campos, florestas, comunidades e periferias das cidades, aumentando as desigualdades educacionais, sociais e as injustiças climáticas (Herculano, S. et al., 2024).

Essas situações socioambientais têm colocado em risco a vida humana e da natureza na região e no Estado do Pará, pois refletem, entre outros fatores, Racismo Ambiental (Alimonda, 2006), isto é, representa múltiplas formas de negações e injustiças sociais, ecológicas e culturais traduzidas pela destruição da natureza e no seu interior os territórios das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas da Amazônia. Não raro, tem-se enfrentado no território situações de impactos à vida social e escolar, a partir do fechamento de escolas do campo e a retirada das crianças e jovens das suas comunidades de origem, devido à venda da terra e/ou às enchentes e secas extremas, entre outros efeitos hidro-climáticos e fundiários na região (Climat-U/Cogter, 2023; Herculano, S. et al., 2024).

Os indicadores educacionais demarcam essas desigualdades educacionais e territoriais por meio do Censo Escolar de 2024, ao destacar os baixos índices do número de matrículas nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e o fechamento de escolas do campo nos últimos anos no Brasil, no Pará e na Amazônia Tocantina. O aumento do número de fechamento de escolas públicas no Brasil atingiu entre 2000 e 2024, o total de 163.075 escolas extintas, sendo que 110.392 são escolas do campo e 52.683 escolas na cidade e 31.321 escolas encontram-se paralisadas em todo o país. O Censo Escolar revelou que no Estado do Pará entre 2000 e 2024, 9.088 escolas foram extintas, sendo que 7.549 foram escolas do campo e 1.539 foram escolas da cidade. Somente em 2024, a quantidade de escolas extintas no Pará registrou 3.159 escolas, número bastante expressivo, sendo que foram 1.585 escolas no campo e 1.574 escolas na cidade; somados ao número de paralisação das unidades escolares que atinge um total de 1.210 escolas conforme o Censo Escolar de 2024 (Geperuaz?Fpec, Inep, 2024).

O fechamento das escolas do campo desconstrói o sistema educacional público voltado aos territórios ribeirinhos e quilombolas, gerando a diminuição do número de matrículas no ensino fundamental e médio e o, consequente, inchaço das matrículas nas escolas públicas na cidade (88,8%) e, nesse contexto, sem considerar que a rede pública municipal é a que apresenta a maior proporção de matrículas em escolas do campo, atingindo um total de 18,6% (Inep, 2023).

O Censo Escolar 2023 apresenta a situação dos anos finais do ensino fundamental, na qual a rede municipal representa 44% das matrículas, seguida pelas redes estadual 39,5% e privada 16,4%. Segundo o relatório do censo, o percentual de matrículas da rede municipal aumentou 1,1 p.p. entre 2019 e 2023. Enquanto isso, observou-se uma redução de 2,1 p.p. no número de matrículas da rede estadual. O texto apresenta que o percentual de matrículas aumenta nas escolas públicas da cidade, pois ao avaliar o número de matrículas do ensino fundamental distribuído em relação à localização da escola, nota-se que 87,5% das matrículas estão em escolas urbanas, o que representa 98,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. De maneira esclarecida, o Censo Escolar conclui que: ?Proporcionalmente, existe um maior número de matrículas na zona rural nos anos iniciais (13,5%) do que nos anos finais (11,2%)? (Brasil/Inep, 2023, p. 24).

A diminuição do número de matrículas continua declinando no Ensino Médio, onde em 2023 foram registradas 7,7 milhões de matrículas. Segundo o Inep (2023), o total de matrículas apresentou uma redução de 2,4% no último ano, ao passo em que a educação integrada à educação profissional cresceu 32,2% nos últimos cinco anos, passando de 623.178 em 2019 para 823.587 em 2023. Nesse contexto, é importante compreender que a maioria das matrículas do ensino médio 94,5% está localizada em escolas urbanas e que 96% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública das escolas urbanas, sendo que a rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas na zona rural 14,4%.

É nesse contexto territorial e educacional que o Curso de Educação do Campo tem atuado ao longo desses últimos 12 anos na formação de educadores, considerando as prerrogativas legais a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no seu Art. 28, onde afirma que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região (especialmente nos incisos seguintes: I ? conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses da zona rural; II ? organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III ? adequação à natureza do trabalho na zona rural). Outrossim, os textos da LDB, reiteram em diversas ocasiões ?o respeito às especificidades do campo?(Brasil, 1996).

Os fundamentos legais que sustentam a Formação de Professores em Educação do Campo, subscritos neste Projeto Pedagógico, se amparam no Decreto nº 7.352/2010 que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) na qual determinou afirmação da política nacional de educação do campo

destinada à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, a ser desenvolvida pela União em regime de colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Essa atribuição na formação de professores do campo coaduna com o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei de 25 de junho de 2023 para a política educacional no período de 2014 a 2024, e se estende para o Plano Decenal 2024-2034 (Projeto de Lei) estabeleceu que os municípios elaborassem ou adequassem seus planos municipais de educação, seguindo as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, estabelecendo nos respectivos planos de educação estratégias que assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais e considerem também as necessidades específicas das populações do campo, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural (BRASIL, 2014).

Tendo em vista as peculiaridades inerentes ao processo educativo no Curso de Educação do Campo, envolvendo docência, pesquisa e extensão em práticas de convivência e atuação pedagógica e agroecológica na universidade, nas escolas e comunidades ribeirinhas e quilombolas na Amazônia Tocantina, têm-se a prerrogativa legal da Formação por Alternância Pedagógica como pilar teórico-metodológico para a organização do Projeto Pedagógico e do Currículo do Curso de Educação do Campo, amparada pela Resolução CNE/CP Nº 1/2023, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Sustentado nesta Resolução, o PPC define os princípios e valores para o ensino, aprendizagem no contexto da formação docente, articulando tempos-espacos-conhecimentos entre a universidade e as comunidades em tempos de pesquisa, ensino, produções e aprendizagens.

Outrossim, ao envolver estudantes, professores das escolas públicas e lideranças sociais das comunidades intituladas remanescentes de quilombos na Amazônia Tocantina, como por exemplo, o Território Terra da Liberdade em Cametá; as Comunidades Quilombolas de São José do Icatú, Tambaí Açú e a Terra Quilombola do Distrito de Porto Grande em Mocajuba; as comunidades quilombolas Calados, Cardoso, Igarapé Preto, Baixinha e Bracinho do Icatú em Baião, fortalecem a formação intercultural de professores no curso de Educação do Campo. Dada essa demanda significativa na juventude quilombola que busca a profissionalização docente, o Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo assume a prerrogativa legal fundada nas Leis nº 11.645/2008 e nº 10.639/2003 e a resolução nº 01 de julho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,

respondendo ao § 1º que determina às Instituições de Ensino Superior incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações ÉtnicoRaciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes em seus territórios originários (Brasil, 2004).

Não obstante, com base na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Escolar Básica, o Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo sustenta essa abordagem junto às escolas e organizações sociais destacando o § 1º ?A formação inicial de profissionais de magistério deve garantir a compreensão ampla e contextualizada da educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação da proposta pedagógica das instituições de Educação Básica? (Brasil, 2024, Parágrafo 1º).

Nesse contexto, a FECAMPO ciente da complexidade socioambiental, cultural e educacional que envolve a vida das populações do campo, ribeirinhas, indígenas, extrativistas e quilombolas em seus processos de escolarização nos territórios cercados pela sociobiodiversidade e ao mesmo tempo, vivendo sob ameaça dos impactos socioambientais provocados pela destruição da natureza na Amazônia Tocantina, propõe o Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo para ampliar a abordagem na formação de educadores e educadoras para atuar nas escolas do campo, quilombolas e ribeirinhas com vista a assumir a formação de profissionais capacitados a construir outra agenda educacional, cumulativa e transformadora de saberes, didáticas, metodologias, experiências e proposições necessárias e urgentes à formação de professores para atuarem nas escolas públicas e territórios na Amazônia Paraense e no Brasil.

Com efeito, o Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo assume o exercício da docência como ação educativa comprometida com a condução de processos pedagógicos articulados com a sociobiodiversidade das comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas, extrativistas e quilombolas, as quais venham dialogar junto aos ?conhecimentos e conceitos próprios da docência e das especificidades das diferentes áreas do conhecimento, incluindo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diferentes linguagens, tecnologias, evidências científicas e inovações? (Brasil, 2024, Parágrafo 2º).

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo está articulado na formação de professores com ênfase nas áreas de conhecimentos: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, códigos e suas tecnologias e Matemática, envolvendo um conjunto diversificado de abordagens epistemológicas para estudar e pesquisar a escola

pública do campo, a partir da sociobiodiversidade, da agroecologia, da educação inclusiva e direitos humanos, das mudanças climáticas, entre outras.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo representa as múltiplas formas de recolocar o sentir-pensar-fazer-ser com os rios, florestas e águas das Amazônia com sua marca identitária: a Complexidade e a Sociobiodiversidade que se expressam nos aspectos ambientais, genéticos, produtivos e socioculturais, em que a formação de professores busca incidir no fortalecimento dessa linha epistêmica que busca a produção de conhecimentos no área da formação de professores, com base na reprodução das incontáveis formas de vida que Amazônia abriga e na convivência entre seus povos/etnias/nacionalidades/grupos/classes sociais; combinando os conhecimentos científicos das áreas dos saberes do currículo aos diferentes modos de viver com a terra, floresta e os rios, com seus saberes de coletar, pescar, caçar, praticar agricultura, proteger, curar (Porto-Gonçalves, 2012; Malheiro, et al. 2023).

Desse modo, o PPC de Licenciatura em Educação do Campo visa envolver a formação de professores à defesa da Amazônia com sua identidade agroecológica, intercultural e biológica como sendo ?Amazônias? (Porto-Gonçalves, 2012) e seus territórios, povos/etnias, trabalhos e etnoconhecimentos, como parte indispensável à produção e apropriação dos conhecimentos científicos e inovações tecnológicas produzidas em defesa das comunidades camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e extrativistas da Amazônia Tocantina.

É nesse sentido que a Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins em Cametá, por meio da Faculdade de Educação do Campo, propõe a reformulação e ampliação do Projeto Pedagógico do Curso, para atender a formação dos educadores do campo, ribeirinhos e quilombolas, em consonância com os princípios da agroecologia e como forma de superar os déficits educacionais enfrentado na região da Amazônia Tocantina, na microrregião de Cametá, que envolve os municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará e Igarapé-Miri.

O Curso oferta 40 vagas anuais, sendo todas relativas à mesma ênfase em cada oferta. As ênfases ofertadas a cada ano são definidas pelo coletivo da Faculdade e pelas demandas das comunidades que abrangem o território alvo do curso. No quadriênio 2020-2024, o curso esteve atuando nos municípios com turmas (40 vagas) em Cametá, Mocajuba, Baião e Limoeiro do Ajuru, com ampliação da oferta da licenciatura para 80 vagas apenas em 2025, envolvendo os municípios de Oeiras do Pará (01 turma) e Cametá (01 turma), ambas com ênfase em Ciências de Natureza, pra compensar a não oferta no ano anterior. O curso de Educação do Campo atua em formação por alternância pedagógica, correspondendo o Tempo Universidade (TU), nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto e no Tempo

Comunidade (TC), nos meses abril/junho e outubro/dezembro de cada ano letivo, propondo o desafio de construir a licenciatura em Educação do Campo numa perspectiva interdisciplinar e por áreas de conhecimento.

A formação de professores em Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, códigos e suas tecnologias e Matemática se ancora na produção de conhecimentos sob a lógica emancipatória fundada em práxis educativas agroecológicas, interculturais, decoloniais, socioculturais, políticas e comunitárias. A concepção de área de conhecimento envolve a heterogeneidade epistemológica das áreas científicas que compõem o currículo do curso de Educação do Campo, alinhada às áreas científicas dos profissionais que atuam na formação de professores dentro do curso e ao conjunto de saberes, identidades e territorialidades presentes nas comunidades camponesas, ribeirinhas, quilombolas e extrativistas na Amazônia Tocantina (Barros, et al. 2022).

Com base nesta concepção de currículo por área de conhecimentos, o Curso de Educação do Campo visa possibilitar a formação de professores numa perspectiva de empoderamento intelectual e profissional a partir da compreensão das lógicas educacionais e territoriais que envolvem a vida da juventude e a classe trabalhadora do campo, das águas e das florestas em nossa Amazônia Tocantina.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

De acordo com o regimento interno da Faculdade de Educação do Campo no Campus Universitário do Tocantins ? Cametá no Capítulo III da direção da Faculdade Art. 15º Compõem as atribuições do(a) Diretor(a):

I ? Coordenar e representar a Faculdade;

II ? Presidir o Colegiado da Faculdade;

III ? Supervisionar, em conjunto com o Colegiado, os serviços administrativos, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos da Faculdade e de seus cursos constituintes;

IV ? Convocar e presidir as reuniões do Colegiado da Faculdade;

V ? Cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Faculdade, as disposições do Regimento Interno, do Regimento Geral da UFPA e as deliberações dos colegiados superiores da Universidade Federal do Pará, do Colegiado da Unidade, do Colegiado da Faculdade e as deste Regimento, sem prejuízo das demais normas vigentes sobre matéria de sua competência;

VI ? Assinar diplomas e certificados;

VII ? Adotar, em caso de urgência, medidas indispensáveis e resolver os casos omissos, ad referendum do Colegiado, submetendo seu ato à ratificação desta no prazo máximo de trinta (30) dias;

VIII ? Apresentar ao Colegiado, até um mês após o encerramento do ano letivo, relatório das atividades desenvolvidas, acompanhado de propostas visando o aperfeiçoamento das atividades da Faculdade, encaminhando-o à instância competente;

IX ? Representar a Faculdade no Conselho do Campus Universitário, onde ela estiver sediada e em outras instâncias representativas dessa Unidade Acadêmica.

O Diretor da Faculdade de Educação do Campo acompanhará, em conjunto com vice-diretor, o Núcleo Docente Estruturante, a atualização e avaliações do Projeto Pedagógico do Curso.

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

De acordo com o regimento interno da Faculdade de Educação do Campo no Campus Universitário do Tocantins ? Cametá no Capítulo III da direção da Faculdade Art. 16º: Compete ao Vice Diretor da Faculdade:

I - Substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos;

II - Colaborar com o Diretor na supervisão das atividades didático-científicas e administrativas da Faculdade e desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo titular ou determinadas pelo Colegiado da Subunidade Acadêmica;

III - Nas faltas e impedimentos, o Vice-Diretor será substituído pelo decano do Colegiado;

IV - Supervisionar, em conjunto com o Colegiado, as atividades acadêmicas da Faculdade e de seus cursos constituintes;

V ? Planejar a distribuição da carga horária dos docentes lotados na Faculdade, a qual deve primeiramente ser preenchida nos cursos constituintes da FECAMPO;

VI ? Acompanhar, em conjunto com os Coordenadores, as atividades do Tempo Comunidade;

VII ? Acompanhar, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante, a atualização e avaliações do Projeto Pedagógico do Curso.

O vice-diretor irá acompanhar, em conjunto com a Divisão de Assistência Estudantil e com o núcleo de acessibilidade do Campus Universitário do Tocantins - Cametá, os discentes

assistidos e acompanhados pelas políticas de assistência e acessibilidade estudantil.

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso é feita pela Direção da Faculdade com o auxílio do Colegiado do Curso

D. COLEGIADO DO CURSO

De acordo com o regimento interno da Faculdade de Educação do Campo no Campus Universitário do Tocantins ? Cametá no Capítulo II do colegiado da Faculdade Art. 8º: O Colegiado, órgão máximo da Faculdade, tem a seguinte composição, com seus membros possuindo direito a voz e a voto:

I ? O Diretor da Faculdade, como seu Presidente;

II ? O vice-diretor da Faculdade;

III ? Os Coordenadores de Estágio e de Alternância Pedagógica da Faculdade;

IV ? Os representantes dos colegiados dos cursos de formação superior no âmbito da Faculdade, ou seus representantes;

V ? Os demais docentes-pesquisadores que integram a Faculdade;

VI ? Representante(s) dos servidores técnico-administrativos que desempenham suas atividades profissionais no âmbito da Faculdade (devendo ser escolhidos com a prévia designação de titulares e suplentes);

VII ? Representante(s) discente(s), sendo um de cada curso (de graduação e pós-graduação, devendo ser escolhidos com a prévia designação de titulares e suplentes).

VIII ? Representante(s) da sociedade civil organizada, notadamente voltada para as temáticas abrangidas pela subunidade (organizações representativas e movimentos sociais do campo, nas áreas da agricultura familiar e da educação do campo, devendo ser escolhidos com a prévia designação de titulares e suplentes).

De acordo com o Art. 9º: Compete ao Colegiado da Faculdade de Educação do Campo:

I ? Apreciar e aprovar o Regimento Interno da Subunidade, assim como propor a sua reforma, pelo voto da maioria simples (50% mais um) dos seus membros, levando se em conta a seguinte definição: a) Os integrantes vinculados à Faculdade terão direito a voz e a voto, em reunião realizada de forma presencial;

II ? Propor a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção ou a alteração de qualquer

curso de formação superior vinculado à Subunidade Acadêmica;

III ? Propor a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção ou a alteração no projeto pedagógico de curso (PPC) de qualquer curso vinculado à Subunidade Acadêmica;

IV ? Definir o funcionamento acadêmico e administrativo da Subunidade, em consonância com as normas da UFPA e da legislação em vigor;

V ? Supervisionar as atividades dos Colegiados de curso e da Coordenação de estágio e alternância pedagógica;

VI ? Planejar e encaminhar a solicitação de concursos públicos ao Conselho da Subunidade, para provimento de vagas à carreira docente e abertura de processo seletivo para contratação de temporários, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Capítulo I desse regimento e atendendo aos planejamentos acadêmicos dos cursos que compõem a Faculdade;

VII ? Propor à Unidade Acadêmica a qual é vinculada (no caso, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá) critérios específicos para a avaliação do desempenho e da progressão funcional docente e dos demais servidores, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela Universidade;

VIII ? Manifestar-se sobre o desempenho de servidores (docentes e técnicos administrativos), para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão na carreira;

IX ? Propor a composição de comissões e bancas examinadoras de concursos para provimento de cargos e vagas para a carreira de magistério superior; X ? Praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar; XI - Julgar os recursos que lhe forem interpostos;

XII ? Instituir comissões, especificando lhes expressamente a competência;

XIII ? Organizar o processo eleitoral para nomeação do Diretor e do Vice Diretor da Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO), respeitado o disposto na Resolução N. 001/2009 que institui o Regimento Eleitoral para fins de consulta direta à comunidade acadêmica do Campus Universitário do Tocantins/Cametá sobre a eleição de candidatos;

XIV ? Propor, motivadamente, por maioria simples (o voto de pelo menos 50% mais um dos membros da Faculdade), a destituição do Diretor e do Vice-Diretor;

XV ? Avaliar anualmente a gestão da Direção da Faculdade;

XVI ? Apreciar o veto do Diretor às decisões do Colegiado da Faculdade;

XVII ? Articular com os órgãos da UFPA visando assegurar o fluxo sistemático de informações na esfera de sua competência;

XVIII ? Coordenar as atividades de autoavaliação da Faculdade e de seus cursos, de acordo com as diretrizes da UFPA;

XIX? Propor e implementar normas para o constante aperfeiçoamento e controle das suas

atividades e serviços;

XX ? Assessorar coordenadores e pesquisadores na captação de recursos externos para financiamento de programas e projetos, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;

XXI ? Assessorar pesquisadores no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;

XXII ? Coletar e organizar os dados de programas e projetos e realizações da Faculdade visando a racionalização, o desenvolvimento e o acompanhamento dos 6 mesmos, bem como sua divulgação no sentido de dar visibilidade institucional a Faculdade;

XXIII ? Avaliar e controlar resultados de implantação de programas e projetos acadêmicos da Faculdade;

XXIV ? Organizar e manter atualizado o cadastro central das atividades acadêmicas em andamento na Faculdade;

XXV ? Organizar e manter atualizado um cadastro de Instituições nacionais e internacionais conveniadas com a UFPA, na área de atuação da Faculdade;

XXVI ? Registrar, acompanhar e avaliar as atividades de extensão da Faculdade e de seus cursos constituintes.

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre as questões de natureza acadêmica, de forma sistemática por meio de discussão e desenvolvimento de estratégias para assegurar a consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso e integra a estrutura de gestão acadêmica do Curso.

O NDE é formado por docentes com atribuições acadêmicas previstas na Resolução CONAES nº 01 de 17 de junho de 2010. Composição do NDE:

I O NDE deve ser constituído por, pelo menos, 5 (cinco) docentes pertencentes ao Curso, que nele atuem e que tenham produção de conhecimentos na área do Ensino, da Pesquisa e da Extensão do Curso, incluindo o Diretor e o Coordenador de Curso como membros natos;

II Docentes que compõem o NDE devem ter contrato em regime de Dedicação Exclusiva;

III Dos docentes que compõem o NDE, 60% devem possuir titulação acadêmica obtida em Programas de Pós-graduação *stricto sensu* e, destes 60%, no mínimo, com o título de Doutor;

IV O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica (graduação, mestrado e/ou doutorado) na área do Curso deverá ser de 60%, no mínimo;

Compõem as atribuições do NDE:

- I Participar efetivamente da elaboração e qualificação do Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Educação do Campo definindo sua concepção e seus fundamentos;
- II Participar efetivamente da construção do perfil profissional do egresso do curso de Licenciatura em Educação do Campo;
- III Participar da revisão e atualização periódica do Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Educação do Campo para análise e aprovação do Colegiado de Curso;
- IV Supervisionar o processo de avaliação e acompanhamento do Curso definidas pelo Colegiado;
- V Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VI Contribuir com o Colegiado de Curso na atualização e qualificação da proposta pedagógica.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Educação do Campo

Local de Oferta: Campus Universitário do Tocantins Cametá/ Cuntins

Endereço de Oferta: Faculdade de Educação do Campo

Bairro: Matinha

CEP: 68400000

Número: 2617

Complemento: Trav. Padre Antônio Franco

Cidade: Cametá

Forma de Ingresso: Processo Seletivo Especial

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em Educação do Campo

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3595 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 4314 hora(s)

Período Letivo: Intensivo

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular

Ato de Criação: Resolução N. 441-A de 25 de Setembro de 2013

Ato de Reconhecimento: Portaria N 1340 de 15 de Dezembro de 2017

Ato de Renovação: Resolução N. 5.205 de 14 de Agosto de 2019

Avaliação Externa: Conceito 4 (Avaliação in loco MEC)

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

As diretrizes curriculares do curso possuem os fundamentos epistemológicos e pedagógicos ancorados nos princípios educacionais para ensino, pesquisa e extensão no Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo da UFPA/Cametá, em que concebe a perspectiva Curricular para a Formação de educadores e educadoras por áreas de conhecimentos a partir da matriz epistemológica definida como ?Amazônias? no conceito de Porto- Gonçalves (2012) e fundamentada nos princípios agroecológicos de Guhur e Silva (2021) e suas relações históricas, educacionais, socioculturais, biodiversidade, geopolíticas, econômicas e territoriais na formação da identidade profissional dos sujeitos amazônidas, a partir da formação de professores em Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, Códigos e suas tecnologias e Matemática.

Amazônias como matrizes Epistemológicas e Pedagógicas no Projeto Pedagógico

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo visa envolver a formação de professores à defesa da identidade intercultural, agroecológica e genética a partir do conceito e tema-chave considerado por ?Amazônias? (Porto-Gonçalves, 2012) e seus territórios, ecossistemas, povos/etnias, trabalhos e etnoconhecimentos, como parte indispensável à produção e apropriação dos conhecimentos científicos e inovações tecnológicas produzidas em defesa das comunidades camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e extrativistas na Amazônia Tocantina, no Pará e no Brasil.

Nesse sentido, a abordagem epistemológica e pedagógica na formação de professores na Amazônia Tocantina, parte das seguintes preocupações profissional, científica e intelectual:

Abordar a Formação de Professores na Educação do Campo a partir do currículo organizado por áreas de conhecimentos, envolvendo a ciência junto ao nosso próprio lugar, nossos rostos e jeitos de ser, sentir, agir e viver nos territórios, naturezas e estudar em escolas ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e pescadoras nas Amazônias.

Que políticas, práticas educacionais, sociais e agroecológicas são construídas para combater e intervir às ameaças do agro-hidro-minério nos negócios sobre as escolas públicas, professores, crianças, juventudes, rios, terras e florestas em nossas comunidades da Amazônia?

Realizar a formação de professores por áreas de conhecimentos buscando a afirmação das identidades culturais e territoriais amazônicas plurivérsas e a intervenção na defesa da natureza e na promoção da qualidade de vida, educação e trabalho nas Amazônias.

A sociobiodiversidade Amazônica como matriz epistemológica no Projeto Pedagógico da Educação do Campo representa a geração de saberes profissionais para a formação de professores quando reconhece e afirma como saberes verdadeiros e pertencentes ao currículo aqueles que, como diz Benchimol (1985), apresentam as marcas identitárias da formação sociocultural e ancestral amazônica, composta por indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, pescadores, extrativistas (seringueiros, castanheiros, açaizeiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu), camponeses, posseiros, agricultores familiares, assentados, sem-terra, sem teto, atingidos por barragens, migrantes de outras regiões brasileiras e estrangeiros, como: asiáticos, japoneses, judeus, sírio-libaneses e europeus; essa complexa formação sociocultural foi estabelecendo e impondo, de forma paradoxal, padrões de referências na formação da identidade social e cultural amazônica (Conceição; Maneschy, 2002; Benchimol, 1985 apud Barros, 2021).

A formação por áreas de conhecimentos na Educação do Campo assume a posição ético-epistemológica crítica à concepção capitalista e ainda colonial que impera sobre as águas amazônicas, na qual deva superar a visão economicista sobre os rios que os considera como ?utilidade mercadológica? ou ?recursos hídrico? para empresas hidrelétricas, hidrovias e mineradoras. Água não é mercadoria. Água é sabedoria para dentro da formação de professores nas Amazônias. As águas representam territórios de saberes hídricos diversificados de cores com ?água doce, salobra e salgada, branca, preta, barrenta e verde?, da mesma forma que é ?o principal agente dinamizador da paisagem? e ao mesmo tempo, ?são os resultados das interações dos componentes naturais como o clima e o tempo (...) e a existência da hierarquia social empírica que atua como agente físico determinante no espaço? (Stenberg, 1998, p. 15).

Exige-se das áreas de conhecimentos (Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, códigos e suas tecnologias, Matemática) na formação de professores, a tomada de postura ético-epistemológica que assuma as Águas, Terras e Florestas como matrizes curriculares na elaboração dos planejamentos de ensino-aprendizagens e avaliações, para que as formações de professores e as práticas educativas assumam esses conhecimentos como Epistemologias Amazônicas pois estão firmadas nos vínculos de vida por meio do trabalho, cultura, lazer e educação com, entre e pelas Terras, Florestas e Águas amazônicas e todos os seres humanos, animais e vegetais que vivem nesses territórios.

A agroecologia é assumida pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo como uma matriz epistemológica de formação, entendida enquanto práxis porque suas bases teórico-metodológicas estão articuladas à transformação social. Na agroecologia, busca-se conhecer para transformar as práticas sociais de produção e a relação humana com a natureza, pautadas na justiça social, conservação da biodiversidade, valorização dos saberes ancestrais e a defesa de territórios do bem viver. Desse modo, Guhur e Silva (2021, p. 403) defendem que a agroecologia é uma potência ?enquanto possibilidade da práxis camponesa atualizada no seu fazer prático (transforma-se transformando o mundo), inserida em um processo social emancipatório, em conflito, enfrentamento, luta contra o capital e sua forma direta como agronegócio?.

A agroecologia nasceu visando estudar a agricultura e os sistemas agrícolas sob uma perspectiva ecológica, assumindo os ecossistemas manejados como unidade elementar de análise - agroecossistemas. Ao passo que os estudos sistemáticos sobre sistemas agrícolas tradicionais, camponeses e povos originários avançaram, demandaram-se abordagens sociais, econômicas e culturais, dando origem a uma agroecologia multidimensional - ecológica, produtiva, social, cultural e política. Nesse sentido, interdisciplinar com disciplinas como ecologia, agronomia, sociologia, antropologia, geografia agrária, história agrária, economia ecológica, linguagem, entre outros. Isso porque na agroecologia se entende que para transformar a realidade é necessária uma abordagem integradora das formulações e métodos de diversas áreas do conhecimento (Gomes, 2005).

A construção do conhecimento na perspectiva da agroecologia coloca os camponeses, assentados de reforma agrária, ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas como protagonistas efetivos do seu processo de desenvolvimento, não como meros informantes (Sousa e Martins, 2013). Esse reposicionamento epistemológico é central na definição dos princípios agroecológicos, pois, como afirmam Rosset e Altieri (2022, p. 1), ?as verdadeiras

raízes da agroecologia estão na lógica ecológica da agricultura indígena e camponesa?.

A episteme agroecológica tem como princípios, a partir da sistematização de Guhur e Silva (2021):

- i) centralidade dos sujeitos: considera as mundividências, tradições, saberes, projetos e necessidades dos sujeitos, as quais vão se constituindo e sendo expressas nas interações com os elementos bióticos e abióticos ali presentes.
- ii) delimitação: os estudos podem ser em diferentes escalas, como a parcela cultiva, unidade de produção, comunidade rural, sistema alimentar, etc.
- iii) inter-relações e conexões: os fenômenos da natureza estão interligados e são afetados pelas práticas sociais.
- iv) diálogo de saberes: reconhecer que os sujeitos do campo, das águas e das florestas no seu processo histórico de coevolução com os agroecossistemas que manejam, produziram (e produzem) saberes, de modo a promover diálogos no encontro de culturas.
- v) totalidade, movimento e contradição: os elementos ou partes se encontram sempre em inter-relação e em determinações recíprocas, formando conjuntos auto-organizados e estruturados (totalidades), num permanente movimento entre conservação e transformação.
- vi) conexão entre as Ciências da Natureza e as Ciências Sociais e Humanas: reconhecimento da especificidade de cada uma dessas dimensões e a recusa às transposições mecânicas de uma dimensão à outra, assim a conexão reside na busca por uma verdadeira reconstrução conceitual, a partir da complexa conexão dialética entre os processos naturais e as relações sociais.

Assumimos na Licenciatura em Educação do Campo a posição do movimento social popular brasileiro e latino-americano da agroecologia como prática social, ciência e política. Assim, compreendemos a agroecologia como um ?acrescentamento à emancipação humana, e a emancipação humana como determinação social da agroecologia? (Guhur e Silva, 2021, p. 401) no campo, nas águas e florestas.

A origem da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil está ligada à própria origem do Movimento Nacional por uma Educação do Campo que foi sendo organicamente constituído no final da década de 1990, inicialmente a partir do Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária-ENERA e depois nas Conferências Nacionais Por uma Educação Básica do Campo, realizadas respectivamente em 1998, 2002, 2004, 2017 e 2024. As ideias de Munarim (2008), expressam claramente o significado desses encontros que geraram condições determinadas para a magnitude da Educação do Campo no Brasil: ?Adquire característica orgânica por ser pautada pelos sujeitos educadores e educandos como sujeitos

constituídos de identidades próprias e senhores de direitos, tanto de direito à diferença, quanto de direito à igualdade, sujeitos capazes de construir a própria história e, portanto, de definir a educação de que necessitam? (Munarim, 2008, p.35).

A Licenciatura em Educação do Campo no Brasil foi criada em 2007 a partir da implementação de experiência piloto do curso em 4 universidades: UFMG, UFBA, UFS e UnB, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). As LEdoC's atualmente estão funcionando em 33 Instituições de Ensino Superior,

considerando as universidades e institutos federais, com 44 cursos com oferta permanente, visto que algumas universidades o disponibilizam simultaneamente em mais de um campus. Nas 44 licenciaturas presentes nas cinco regiões brasileiras estão matriculados cerca de 5.300 educandos, com 585 docentes concursados na Educação Superior para atuar nessa modalidade de graduação (Molina, 2023).

No Pará, as origens do Movimento de Educação do Campo remontam ao ano de 2003, envolvendo a criação do Fórum Paraense de Educação do Campo-FPEC, sendo expressão mais significativa do Movimento no processo de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento, de sociedade e de educação (Hage, et al., 2015). A Licenciatura em Educação do Campo no Pará, por sua vez, remonta ao ano de 2010 a partir do Campus Universitário de Marabá (atualmente UNIFESSPA) e do Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA) em 2011.

No Campus Universitário do Tocantins-CUNTINS da UFPA, a Licenciatura em Educação do Campo possui suas marcas de origem na criação do curso desde a década de 2000 junto aos movimentos sociais do campo e a universidade por meio do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na região Tocantina-GEPECART (2005), pautando a educação do campo em Cametá, mas a institucionalização do curso ocorreu com a criação do primeiro Projeto Pedagógico do Curso em 2013 a partir da criação da Faculdade de Educação do Campo-FECAMPO, cujo objetivo principal foi o de consolidar a organização de um curso que abrangesse as diferentes lutas e práticas educativas e agroecológicas a se colocarem a favor dos camponeses e do conjunto dos trabalhadores do campo (Silva, 2017; Barros, 2021; Oliveira, 2023).

Nos 12 anos de história acadêmica da Licenciatura em Educação do Campo em Cametá, já foram realizados 04 Encontros Regionais da Licenciatura em Educação do Campo-ERLEC, nos anos de 2014, 2016, 2019 e 2023, assim como a realização de 05 Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária-JURA, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2023. Essa trajetória acadêmica e científica construída no decorrer das alternâncias anteriores, mostram, por um

lado, a necessidade de potencializar as experiências desenvolvidas até o momento e ampliar a capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico com base nos conhecimentos e saberes advindos nos territórios camponeses. Por outro lado, os ERLEC?s e as JURA?s despontam como protagonistas de uma história acadêmica e militante na Amazônia Tocantina que buscaram a inclusão dos povos do campo na universidade e com eles a diversidade sociocultural de ribeirinhos, quilombolas, pescadores, extrativistas e agricultores familiares, com estudantes e também pesquisadores, comprometendo-se ao lado da universidade com o desenvolvimento da ciência, educação e cultura dentro dos princípios da participação democrática e justiça social (Barros et al, 2023).

A relação Teoria/prática está contida nos fundamentos epistemológicos da Educação do Campo como referência para a elaboração de práxis educativas interdisciplinares, interculturais e agroecológicas, a partir da Epistemologia da Práxis como pressuposto teórico-metodológico para estudar, problematizar, socializar e propor transformações à realidade educacional camponesa em suas materialidades concretas e simbólicas, em diálogo com conhecimentos das grandes áreas dos conhecimentos científicos, com o objetivo de garantir uma formação docente mais contextualizada e transformadora na educação básica do campo (Vasquez, 1968; Curado, 2017).

A Epistemologia da Práxis na Licenciatura em Educação do Campo, nesse sentido, atua na orientação teórico-metodológica na formação docente para superar a ?epistemologia da prática? que é pautada na formação de professores com base na pedagogia das competências (Freitas, 2017; Hypólito, 2019) em termos da aplicabilidade do currículo na sala de aula, além de impor a racionalidade técnica focada na prática dentro dos conteúdos ensinados e avaliados; induzindo à redução teórica e ao aligeiramento da formação na escola e na universidade; assim como a responsabilização docente pelos problemas educacionais, a regulação do trabalho docente e o enquadramento do currículo na estrutura do currículo escolar em rede nacional (Molina, 2015; Anjos, et al. 2019).

É preciso esclarecer, todavia, que no contexto de trabalho com agricultura familiar, pesca e agroextrativismo nas amazônias, a ?prática? é considerada o ?chão? das epistemologias dos povos camponeses, pois como diz Freire (2006, p. 39) ?é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática?, pois não está destituída de um pensamento-cognição, como já dizia Gramsci (1990). Porém, o conceito de prática foi subjugado ao exercício do puro fazer dentro do trabalho, o que na educação reflete no fazer sem reflexão e na técnica, baseados em mecanismos de neutralização do pensamento e de instrumentos cognitivos que refletem o pensamento da classe dominante na formação de

professores.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo defende que não é prática, por si mesma, que promove a tecnificação do saber e/ou a redução teórica dentro dos coletivos sociais, entre eles os coletivos docentes ou movimentos sociais, seja na escola ou no trabalho camponês, mas é a racionalidade técnica do capital sobre a prática docente e a agricultura familiar que vem promover a perda de referência gnosiológica e ontológica, negando os saberes ancestrais que envolvem a prática na educação do campo e, de modo geral, na vida camponesa (Barros, 2021, p. 124).

A relação Teoria/prática está contida nos fundamentos epistemológicos da Educação do Campo como referência para a elaboração de práxis educativas interdisciplinares, interculturais e agroecológicas, a partir da Epistemologia da Práxis como pressuposto teórico-metodológico para estudar, problematizar, socializar e propor transformações à realidade educacional camponesa em suas materialidades concretas e simbólicas, em diálogo com conhecimentos das grandes áreas dos conhecimentos científicos, com o objetivo de garantir uma formação docente mais contextualizada e transformadora na educação básica do campo (Vasquez, 1968; Curado, 2017).

A Epistemologia da Práxis na Licenciatura em Educação do Campo, nesse sentido, atua na orientação teórico-metodológica na formação docente para superar a ?epistemologia da prática? que é pautada na formação de professores com base na pedagogia das competências (Freitas, 2017; Hypólito, 2019) em termos da aplicabilidade do currículo na sala de aula, além de impor a racionalidade técnica focada na prática dentro dos conteúdos ensinados e avaliados; induzindo à redução teórica e ao aligeiramento da formação na escola e na universidade; assim como a responsabilização docente pelos problemas educacionais, a regulação do trabalho docente e o enquadramento do currículo na estrutura do currículo escolar em rede nacional (Molina, 2015; Anjos, et al. 2019).

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sustenta a organização do currículo na formação e profissionalização docente com base nas Áreas de Conhecimentos no contexto das Amazônia: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática.

A concepção da formação de professores por Área de Conhecimento na Educação do Campo, considera a organização do currículo mais que um espaço de disciplinas isoladas no projeto pedagógico, pois é amplo conjunto articulado de conhecimentos científicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade que vão integrar-se às práticas educativas nos componentes curriculares para ir em busca da ressignificação da escola do campo e do

currículo seriado.

As áreas de conhecimento no currículo da formação na Licenciatura em Educação do Campo, são consideradas Territórios de Humanização (Barros, 2021), isto é, são conhecimentos capazes de compreender, explicar, proteger e intervir na vida humana e na natureza dentro das múltiplas geografias e histórias de vida nas Amazôniaas, em suas relações com outros grupos sociais dentro da agricultura familiar, pesca, extrativismo e demais situações concretas de trabalho, lazer e convivência familiar e comunitária. Tomamos essa concepção de áreas de conhecimentos porque enfatizamos a construção de práticas educativas que visam a realização humana envolvendo a dimensão identitária, social, política e ambiental, articulada aos vínculos com o trabalho nos agroecossistemas e na sustentabilidade da natureza.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sustenta a organização do currículo envolvendo docência, pesquisa e extensão com base na Formação por Alternância Pedagógica, tendo em vista as peculiaridades inerentes à vida das populações camponesas na Amazônia Tocantina, especificamente as condições de trabalho no campo, os limitados processos educacionais e as transformações da natureza envolvendo mudanças climáticas e ambientais nas comunidades.

A Formação de professores por meio da concepção teórico-metodológica da Alternância Pedagógica, representa a forma como o Curso de Educação do Campo organiza o currículo da formação de professores durante os Tempos Universidade e Tempos Comunidade, o que significa envolver a organização e reconhecimento de diferentes tempos, espaços e saberes educativos para ampliar o território formativo dos sujeitos do campo, das águas e da floresta,

oportunizando uma ação coletiva, dialógica, participativa, integrada e interdisciplinar na escola e na comunidade.

OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar professores pertencentes a diferentes coletivos camponeses: ribeirinhos, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores e outros sujeitos que constroem suas condições de existências no campo, para exercer a docência nas áreas de Conhecimentos no contexto das Amazôniaas: Ciências da Natureza,

Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática nos Anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo e da cidade, públicas, particulares e confessionais, tais como, Casas Familiares Rurais-CFR's, Escolas Técnicas Agrícolas e nas Escolas Famílias Agrícolas-EFA's, dentre outros espaços sociais, para exercer a docência sintonizada com pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar, intercultural e agroecológica comprometida com a participação democrática popular de qualidade, contribuindo com a transformação da educação e da realidade social desse território.

Objetivos Específicos

- Profissionalizar política, social e pedagogicamente educadores do campo em exercício ou jovens e adultos para o exercício da docência na educação básica do campo com ênfase na Área Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática para atuarem como professores nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio;
- Oportunizar o acesso a outros níveis e formas de conhecimentos, articulados com os saberes das experiências acumuladas pelos sujeitos do campo, das águas e das florestas inclusive da vivência pedagógica, constituindo-os como saberes profissionais;
- Implementar itinerários formativos e práticas pedagógicas ancoradas nas necessidades e anseios das comunidades do campo e na articulação entre teoria e prática no processo de formação em nível do Tempo Universidade e Tempo Comunidade;
- Estudar, produzir e socializar conhecimentos científicos, didáticos, metodológicos e de organização social e política referentes aos processos educativos que acontecem na escola e na produção dos movimentos sociais do campo, tendo por princípios orientadores da dimensão histórica, técnica, política e cultural do fazer pedagógico;
- Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros educadores para a investigação e análise crítica do contexto educacional e ambiental, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática educativa, através de projetos pedagógicos e agroecológicos de apoio;
- Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os etnoconhecimentos, ancestralidades, cosmopráticas e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho na agricultura familiar, pesca, extrativismo do açaí e demais produções regional;
- Fortalecer a relação interfórum como articulação indispensável entre os fóruns de educação do campo, agroecologia e economia solidária, o poder público e a universidade, apoiando a criação de políticas públicas intersetoriais que envolvam a escola e os espaços de produção

das comunidades camponesas, ribeirinhas e quilombolas.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo será um profissional com perfil interdisciplinar com sólida formação teórico-prática para atuar na docência em uma das áreas de conhecimentos proposta pelo curso: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas tecnologias e Matemática para atuar na docência dos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Modalidade Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Assim como na atuação na gestão de organizações populares com processos educativos comunitários e sindicais, entendida como formação para a práxis em projetos de apoio ao desenvolvimento sustentável e solidário do campo, das águas e das florestas, indígenas e quilombolas de perspectiva agroecológica.

Em consonância com a Resolução 04/2024, Art. 10, XX, Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da Educação Escolar do Campo e da Educação Escolar Quilombola, dada a particularidade das populações com quem trabalham e da situação em que atuam, deverão, em complementação ao disposto no caput: I - promover diálogo entre a comunidade escolar em que atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias da cultura local; e II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

Em todo percurso formativo as Amazônias e a Agroecologia serão as epistemologias que transversalizarão a formação do educador e educadora do campo, das águas e das florestas, o que possibilitará integrar a escola, o currículo, as metodologias e as práticas pedagógicas com o território e as territorialidades dos sujeitos, com a produção de base agroecológica e com os modos de vida e cultura no campo, nas águas e nas florestas.

Em sua atuação o egresso deverá ter condições de desenvolver ações educativas de ensino, pesquisa, extensão e militância acadêmica e social no âmbito escolar e comunitário, articulando os conteúdos curriculares, saberes tradicionais e da ciência à necessidade e realidade do campo.

? Atuar na docência em uma das áreas de conhecimentos proposta pelo curso: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas tecnologias e Matemática para atuar na docência dos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Modalidade Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Para inserção nas redes de ensino,

destacamos que o apostilamento dos egressos será: 1) Para a ênfase em Ciências da Natureza (com a disciplina de Ciências nos Anos Finais do Ensino Fundamental e as disciplinas de Biologia, Física e Química no Ensino Médio); 2) Para a ênfase em Ciências Sociais e Humanas (com as disciplinas de Estudos Amazônicos, História e Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental e as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia no Ensino Médio); 3) Para a ênfase em Linguagem, Códigos e suas tecnologias (com as disciplinas de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas e redação - tanto nos anos finais do Ensino Fundamental como no Ensino Médio) e 4) Para a ênfase em Matemática (com a disciplina de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio).

? Poderá exercer a docência ou assessoria técnico-pedagógica nas Casas Familiares Rurais ? CFR?s, nas Escolas Técnicas Agrícolas, nas Escolas Famílias Agrícolas ? EFA?s, associações e cooperativas de produção agroecológica em agricultura familiar e em movimentos sociais do campo e organizações populares camponesas;

? Na gestão de processos educativos escolares, para contribuir com a construção da missão escolar, para a educação dos sujeitos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, para a construção do projeto político-pedagógico da educação e escola do campo e para a organização do trabalho pedagógico nas escolas do Campo, das Águas e das Florestas.

? Ser capaz de articular de maneira interdisciplinar os saberes dos educandos com os conhecimentos científicos, vivenciando a realidade das escolas públicas do Campo, das Águas e das Florestas e atuando com criticidade na realidade sócio histórica de sua atuação profissional.

? Atuar como professor, pesquisador nas áreas de conhecimento estudadas tornando-se o principal responsável pela mediação entre o universo do aluno e os conteúdos a serem aprendidos/trabalhados, ampliando as possibilidades de desenvolvimento cognitivo do educando.

O egresso do curso de Licenciatura em Educação do Campo atuará na área do ensino e nos processos formativos e organizativos da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, motivo no qual ele deve estar de posse de todo um instrumental teórico e prático possibilitado pelo percurso acadêmico proposto no presente PPC.

COMPETÊNCIAS

Considerando o perfil especificado, os egressos da Licenciatura em Educação do Campo deverão atuar nas escolas de Educação Básica e na gestão de processo educativos escolares e

comunitários, sindicais e sociais de modo a:

- Atuar com ética e compromisso político e pedagógico no desenvolvimento das atividades acadêmicas, comunitárias e sociais de modo a respeitar o tempo e espaço formativos dos povos da Amazônia;
- Exercer a docência interdisciplinar em uma das quatro áreas de conhecimentos Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas tecnologias e Matemática embasados pela relação teórico prática, na perspectiva de fortalecer a escola básica das comunidades do campo, das águas e das florestas;
- Ensinar nas escolas do campo, das águas e das florestas de forma interdisciplinar por meio de conceitos e conhecimentos ligado às condições materiais e simbólicas da vida nas comunidades rurais, nos movimentos sociais e nas escolas do campo;
- Assessorar práticas educativas e agroecológicas nas Casas Familiares Rurais e nas Escolas Famílias Agrícolas e em movimentos sociais do campo;
- Assessorar a organização de empreendimento em Economia Solidária, tais como: associações, cooperativas, organizações sociais e populares de produção em agricultura familiar;
- Compreender, cuidar e educar adolescentes e jovens dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio do campo, das águas e das florestas de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões identitária, moral, física, psicológica, afetiva, estética, intelectual, cultural e social;
- Fortalecer o desenvolvimento e a aprendizagem da modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar na gestão comunitária, social e sindical e nos processos educativos dos movimentos sociais, em vista da promoção da aprendizagem de sujeitos baseadas na pedagogia do movimento social do campo e no conhecimento científico acumulado historicamente;
- Atuar na criação e desenvolvimento de Projetos Agroecológicos vinculados aos sistemas de produção das comunidades do Campo, das águas e das Florestas;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre a realidade sociocultural em que se desenvolvem as experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios e sistemas agroecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas nas escolas do campo;
- Desenvolver ações de cooperação, autonomia e solidariedade em práticas de produção e organização processos e da gestão pedagógica da escola;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos

didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Reconhecer a diversidade da Amazônia, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, orientações sexuais, Pessoas com ou sem deficiência, entre outras;
- Exercer os princípios do trabalho coletivo, estabelecendo diálogo entre os princípios educacionais, agroecológicos e as áreas de conhecimentos;
- Participar da gestão das organizações produtivas do campo, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de projeto de produção de associações e cooperativas de agricultura familiar e agroecológica.

ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo como política permanente na formação de professores traz em seus princípios estruturantes a formação em alternância, organizada entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, a formação nas quatro (4) áreas de conhecimento e a relação intrínseca pelos fundamentos teóricos e práticos da agroecologia, centrada na sua práxis educativa de perspectiva humana e emancipadora.

A Formação em Alternância refere-se às formas de organização do trabalho pedagógico em tempos e espaços diferenciados e inter-relacionados? (Hage, Antunes-Rocha; Michelott, 2021, p. 429). A referida maneira de organização dos tempos educativos se tornou uma estratégia teórico-metodológica muito utilizada no âmbito do Movimento da Educação do Campo para a formação dos sujeitos do campo, das águas e das florestas e das educadoras e educadores do campo, articulando de forma relacional atividades de investigação e produção de conhecimentos com a formação humana dos sujeitos e a intervenção qualificada em seus territórios e comunidades (Hage & Silva, 2024).

Alternância enquanto unidade espacial/temporal de integralização de dois momentos específicos: ?Tempo Escola/Universidade? e ?Tempo Comunidade?, que se inter-relacionam, se alternam e se complementam para a articulação dos diferentes

tempos/espços e saberes formativos nos processos educativos, apresentando-se como o diferencial que inova na formação dos povos camponeses (Hage & Silva, 2024). Nesta concepção de formação, nenhum estudante precisa escolher entre trabalhar e estudar, visto que a organização do tempo espaço formativo tem o trabalho como princípio educativo, por isso o Tempo Universidade deve ser estruturado de tal forma que os estudantes tenham o direito assegurado de estudar e trabalhar.

O princípios da formação docente via áreas de conhecimento, de forma mais específica em: Linguagens e Códigos, Ciência da Natureza, Matemática, Ciências Sociais e Humanas se apresenta como um projeto de formação alternativo, diferenciado e inclusivo, construído em sintonia com um projeto de escola para que os povos do campo, das águas e das florestas consigam acessar e pensá-la na perspectiva interdisciplinar para o anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e de produção de conhecimento no campo, desenvolvendo processos formativos que contribuam com a maior compreensão dos sujeitos do campo da totalidade dos processos sociais nos quais estão inseridos (Molina, 2015, p. 153).

A formação por áreas de conhecimentos, no entendimento de Barros (2024), vincula-se à Pedagogia de Humanização, constituído por conhecimentos capazes de compreender, explicar e intervir na vida humana em suas relações entre si e com outros povos, na relação com a agricultura familiar e a natureza, em suas situações concretas de vida (Hage & Silva, 2024).

A agroecologia entendida como ciência, como movimento e como prática transversalizará todas as quatro áreas de conhecimento sob a defesa de um projeto de campo, de agricultura familiar camponesa e de produção em defesa por um território do bem viver, cuja centralidade é a vida e a construção de alternativas aos processo de desenvolvimento, a partir da criatividade coletiva, da tecnologia social e a diversidade nos processo de produzir, consumir, ser e existir (Rosset; Altieri, 2022) pela defesa de um projeto de campo que deve interagir com as escolas de educação básica dos territórios do campo, das águas e das florestas.

A estrutura curricular deste curso está materializada em quatro (4) núcleos (Núcleo I: Estudos de Formação Geral ? EFG, Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional ? ACCE, Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão e Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado ECS) conforme Art. 13 da Resolução 04/2024. Por meio destes núcleos, busca-se expressar as dimensões do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão para integrar as atividades do Curso, operacionalizados sob a lógica da interdisciplinaridade.

Núcleo I: Estudos de Formação Geral ? EFG (915 horas): compõe-se de um conjunto de atividades curriculares no âmbito do fundamento da educação que busque a afirmação dos valores, atitudes comprometidos com a justiça social, reconhecimento, respeito e apreço à diversidade (Resolução 04/2024), assim como os componentes curriculares direcionadas ao aprofundamento da formação pedagógica que primam pela equidade, diversidade, inclusão e gestão democrática, bem como as situações de aprendizagem na educação básica.

Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional ? ACCE (1.860 horas): Este núcleo contempla as disciplinas específicas das áreas de conhecimento de Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática na inter-relação permanente com os componentes curriculares da Agroecologia.

Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (375 horas): Propõe-se a ser realizada entre os componentes curriculares do Tempo Comunidade para que o ensino, a pesquisa e a extensão possam ser concretizados por meio de práticas extensionistas emancipatórias em diálogo permanente com os movimentos sociais e organizações populares dos territórios do campo, das águas e das florestas, buscando integrar a educação do campo, a agroecologia e as áreas de conhecimentos, por meio das Pesquisas Socioeducacional e Seminário integrador. Nesta integralização, inclui-se as Atividades Complementares, Seminários, monitoria, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-culturais que se articulem com a proposta do curso.

Destaca-se que o Tempo Comunidade ao ser constituído por ações educativas realizadas em espaços onde os educandos desenvolvem: o trabalho em interação com os bens da Natureza através da Agricultura, da Pesca e do Extrativismo; suas ações coletivas de militância nos movimentos e organizações sociais; e suas Práticas Culturais de convivência (religiosas, esportivas, de lazer, etc.) nas comunidades e nos territórios, lugares onde se materializam a existência e a vida concreta dos povos (Hage & Silva 2024), este tempo será realizado integrado junto às práticas extensionistas e ocorrerá no núcleo das Atividades Acadêmicas de Extensão.

Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado ECS (405 horas): Agrega as disciplinas de estágio docente, tendo o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio educativo e formativo, na perspectiva de estreitar as relações entre universidade, escolas de educação básica e as comunidades, visto que o estágio se desenvolverá na busca por uma escola e ensino-aprendizagem contextualizados com a história do território e dos saberes ancestrais em diálogo com os conhecimentos científicos materializados nos conteúdos curriculares dos

anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas áreas de conhecimentos, possibilitando o exercício da inserção socioprofissional da atuação em campos de trabalho do futuro professor.

Este currículo busca atender os princípios da Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, respaldando-se na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, Decreto 7.352/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Considerando tais marcos normativos busca-se nesta estrutura curricular atender a diversidade e a equidade no que se refere a ênfase na identidade e diferença dos povos do campo, das águas e das florestas na perspectiva de contribuir com a redução das desigualdades e do preconceito étnicos, de gênero, raciais, sociais, do capacitismo, contra todas as formas de exclusão.

No que se refere às questões étnico-raciais, os componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias que tratam diretamente das temáticas, são: Relações Étnico Raciais e Educação (45 horas) e Educação Inclusiva e Direitos Humanos (45 horas).

Quando tratamos da pessoa com deficiência e da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista os componentes direcionados para abordar o assunto são: Educação Especial Inclusiva no Campo (60 horas), Educação Inclusiva e Direitos Humanos (45 horas) e Libras (60 horas).

Vale ressaltar que a temática dos Direitos Humanos considerando o que assegura a Constituição Federal de 1988, a LDB 9.394/96 e a Declaração dos Direitos Humanos (1948), ambas buscam assegurar o direito à igualdade está transversalizado em todo currículo, bem como as legislações tais com as Diretrizes Operacionais para educação básica nas escolas do campo (2002), Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 10.639/2003 que para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", entre outras legislações que visam assegurar a educação inclusiva na educação, na formação de professores do campo e em todos os aspectos da vida humana.

As disciplinas no campo da inclusão e diversidade no curso de Licenciatura de Educação do Campo, a saber: Libras, Educação Inclusiva e Direitos Humanos, Educação Especial no Campo, Relações-Étnico raciais e Educação ambiental estão presentes no Núcleo I: Estudos

de Formação Geral ? EFG. Entretanto faz-se necessário informar que as disciplinas estão dispostas neste núcleo, mas serão conteúdos abordados de modo transversal em todos os outros núcleos: Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional ? ACCE; Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão e Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado ECS, ao demarcar a interdisciplinaridade da temática no curso e interseccionalidade nos marcadores sociais dos sujeitos que ocupam o território da Amazônia Tocantina.

Quanto às questões ambientais, o currículo vai se ancorar na Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental em que no campo da formação de professores, deve-se atender os princípios estabelecidos em tal política, portanto neste projeto pedagógico, garante-se a abordagem da educação ambiental nos seguintes componentes: Educação, Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental (45 horas), Educação Ambiental, climática e Currículo da Educação Básica (45 horas), Dimensão ecológica e produtiva da agroecologia (60 horas), Agroecologia: ciência, movimentos e práticas (45 horas), Campesinato e territorialidade nas Amazônias (45 horas), Solo e agroecologia na Amazônia (45 horas), Extensão em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis (45 horas) e Extensão em Agroecologia na Educação Básica do Campo (45 horas).

A preocupação com os impactos ambientais e as mudanças climáticas ocorridas de forma intensiva no mundo e na Amazônia está na pauta de luta do Movimento da Educação do Campo, o que vai ocupar a agenda da educação e do currículo do cursos de formação de professores e das escolas de educação básica, visto que as mudanças climáticas afetam o aumento da temperatura, o aumento do nível do mar, mudanças no padrão de chuva, o que contribuem para a degradação do ecossistema e da perda da sociobiodiversidade, acarretando assim a deterioração do campo, aumentando os conflitos e o consumo predatório de alimentos não saudáveis no território do campo, das águas e das florestas.

Se compreende neste Projeto Pedagógico de Curso, a extensão como um processo educativo de comunicação de conhecimentos, em que a ação ocorre a partir da relação educador-educando, em que propõe a construção de um processo educativo e a produção de um novo conhecimento, necessário e eficaz sob o ponto de vista dos sujeitos, que se reflete nos resultados propostos na extensão. A ação extensionista é pensada conjuntamente (educador-educando), e a partir das percepções são compreendidos valores culturais, expectativas, satisfações, insatisfações entre outros pontos fundamentais na construção do conhecimento proposto na extensão.

Duarte e Soares (2011) apontam que a comunicac?ao intrinseca a prática extensionista

propõe novos conceitos tais como: desenvolvimento local, comunicação participativa, integrada e sustentável, comunicação e redes solidárias, comunicação e ecologia no campo, educação ambiental, comunicação nas organizações rurais, entre outros.

O Estágio Curricular Supervisionado ocupa um espaço importante na matriz curricular do PPC do curso de Licenciatura em Educação do Campo, por compreender que ele configura um processo educativo de aprendizagem e de formação profissional, em que as questões desenvolvidas no cotidiano acadêmico poderão ser vivenciadas e articuladas nas Escolas do Campo, em sua complexidade e potencialidade, podendo ser investigada e problematizada.

De acordo com a Instrução Normativa de estágio nº 001, de 20 de janeiro de 2025 da faculdade de Educação do Campo, do Campus do Tocantins, o estágio Supervisionado corresponde a um conjunto de atividades técnico-científicas, artísticas e culturais realizadas em ambiente de trabalho, com o objetivo de capacitar o discente para o trabalho profissional na sua área de formação. Portanto, o estágio supervisionado não se resume apenas às práticas de sala de aula, mas ao contexto da profissão docente em sua complexidade que potencialmente pode ser investigada e problematizada.

METODOLOGIA

A metodologia de ensino dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil ocorre por meio da formação por alternância. Esse processo resulta de uma demanda protagonizada ao longo do percurso histórico da educação nacional, a partir de 1960. Trata-se de uma proposta que teve origem na França, na década de 1930, quando camponeses, em conjunto com o padre Pierre-Joseph Abbé Granereau, sob influência da teologia da libertação e do método “ver, julgar e agir”, passaram a realizar diversas reuniões coletivas e tiveram a ideia de iniciar uma formação escolarizada específica para atender à juventude rural, com base na pedagogia da alternância. Nesse paradigma educacional, os jovens camponeses passam parte do tempo estudando na escola e, em outro momento, realizam as atividades educacionais no território, terra ou propriedade.

Assim, difundiu-se uma proposta educacional que desenvolveu uma formação com um olhar voltado para os territórios rurais como espaços de vivência, estudo, pesquisa, produção e trabalho, além da geração de renda ? caso os sujeitos desejem permanecer nesses espaços ou migrar para fora deles. É nesse contexto que surge a pedagogia da alternância, como uma alternativa educacional proposta e vivenciada, em sua materialidade, pelas famílias camponesas. Dessa experiência nascem os Centros Familiares de Formação por Alternância

(CEFFAs), que se espalharam pelo mundo. Atualmente, estão presentes nos cinco continentes, em mais de 40 países. No Brasil, essa experiência se originou com duas vertentes: as Escolas Família Agrícola (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs)? (Begnatin; Justino, 2023, p. 37).

Os estudos revelam que a continuidade da escolarização dos jovens camponeses nesse formato exigiu mudanças e inovações metodológicas. Assim, foi criada uma metodologia que altera as aprendizagens teóricas e práticas entre dois tempos e espaços distintos, denominada, desde o início desse processo, de "alternância". Seu objetivo era estudar os conhecimentos historicamente construídos, mas também compreender e experimentar os saberes relacionados à vida e ao trabalho das famílias no campo "no lugar onde vivem, no território" e na relação com o universo científico. Para que isso se concretizasse, os processos formativos foram organizados em dois momentos fundamentais: o tempo-escola e o tempo-comunidade. "[...] o princípio e fim do processo pedagógico alternante, o currículo, compreendido como Plano de Formação." O maior desafio enfrentado por aqueles que compartilham dessa proposta é "articular e fazer dialogar com os conhecimentos escolares e com os saberes populares locais, aproximando ciência e experiência" (Begnatin; Justino, 2023, p. 35).

A pedagogia da alternância foi introduzida no Brasil a partir da década de 1960, com forte influência da teologia da libertação e do trabalho formativo desenvolvido pelas comunidades eclesiais de base e suas pastorais. Elas se destacaram por promover processos educacionais voltados a sujeitos sociais do campo, tendo como referência o método "ver, julgar e agir". Desse modo, a primeira experiência concretizada ocorreu no estado do Espírito Santo, em 1969. No Brasil, essas iniciativas passaram a ser denominadas inicialmente como Escolas Família Agrícola (EFAs). As ideias que fundamentam esse modelo têm raízes no pensamento das escolas italianas, trazidas pelo sacerdote italiano Humberto Pietrogrande "missionário no Espírito Santo".

Tais vivências e experiências cresceram e se concretizaram em vários cantos do país, para posteriormente adentrar o contexto das normatizações legais da educação nacional. Um exemplo disso encontra-se no artigo 23 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que dispõe: "A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados? [...]" (LDB, 2019, p. 17, grifos nossos).

Ao apresentarmos esse documento, enfatizamos que a educação do campo, assim como outras políticas públicas nacionais, é regulamentada pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB, artigos 23, 26 e 28. A consolidação do direito à educação do campo por alternância

exigiu ainda outros marcos legais, como as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002) e, de maneira especial, o Decreto Federal nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Educação do Campo, entre outros instrumentos normativos.

Atualmente, a Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 e a Lei nº 14.767, de 22 de dezembro de 2023 dispõem sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Além disso, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, foi alterada para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo. O artigo 1º, inciso I do artigo 28 da Lei nº 9.394/1996 passou a vigorar com a seguinte redação: “Art. 28. I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância?”. (Brasil, 2023, p.2)

Além de se respaldar em uma base legal, a organização do ensino por alternância migrou da educação básica para o ensino superior por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Inicialmente, o PRONERA se consolidou na educação básica, oferecendo atendimento educacional desde a alfabetização até a conclusão do ensino médio para sujeitos do campo, funcionando sob o regime da alternância nos mais diversos recantos do país.

Naturalmente, o ensino superior não poderia ficar de fora, uma vez que as populações camponesas também necessitavam de formação em níveis mais avançados. Assim, por meio do PRONERA, foi provocada a criação do Curso de Pedagogia da Terra, além de outros cursos demandados pelos movimentos sociais de luta pela terra. Com isso, iniciou-se o processo de ocupação de um novo território do conhecimento educacional nas universidades e nos institutos públicos federais.

A formação por alternância com base nas necessidades da educação básica se deu por conta da presença de muitos professores assumindo o magistério sem graduação. Com esse diagnóstico, o Ministério da Educação – MEC por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu), da Secretaria de Formação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), convidaram a UFMG e mais três universidades federais (UFBA, UFS, UNB) para desenvolverem uma experiência piloto de licenciatura em educação do campo (Antunes-Rocha; Oliveira, 2011).

Em 2009 e em 2012 foram lançados editais pela SECADI para ampliar as ofertas de vagas para os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo em instituições federais e desde os princípios dessa formação as ofertas se deram explicitamente nos editais, por áreas de

conhecimentos, para os anos finais do ensino fundamental e médio e por alternância entre tempo escola/universidade e tempo comunidade (Molina; Sá, 2011).

É justamente nestes moldes, que o Campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA se candidatou com suas proposições ao edital SECADI/2012 e aprovou no MEC, duas Licenciaturas em Educação do Campo. Uma em Ciências Agrárias e outra em Ciências da Natureza, contudo, no processo de organização outra decisão foi tomada pelo colegiado da faculdade que alterou a segunda versão do Projeto Pedagógico do Curso ? PPC que passou a ser organizado em um único curso denominado Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza. Depois de dez anos de implementação dessa área do conhecimento, o conselho da faculdade de educação do campo decidiu organizar o atual PPC do curso, abrangendo as quatro áreas do conhecimento: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagem, Códigos e suas tecnologias e Matemática.

A organização metodológica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sustenta-se a partir da proposta da Formação por Alternância. E se organiza por área de conhecimento articulando os componentes curriculares de cada área como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo em que terão a possibilidade de realizarem síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sociocultural em articulação com a agroecologia. Dentro da articulação das disciplinas, em suas respectivas áreas, os educandos e educadores, terão a oportunidade de realizarem a vivência pedagógica e agroecológica como um momento de articulação dos saberes teóricos e da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do licenciado em todo o decorrer do curso.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo Campus da Universitário do Tocantins Cametá funciona a partir da Formação por Alternância, no qual se alternam os tempos e espaços de formação dos educandos e se processam por dois importantes tempos e espaços pedagógicas: um o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. Ambos são articulados como a base da formação dos educandos. Desse modo, o Tempo-Universidade, consiste em estudos teórico e prático da maioria das disciplinas curriculares de caráter pedagógico e específicos desenvolvidos na sede do Campus da Universitário do Tocantins/UFPA, ou nos polos Universitários de Formação distribuídos nos municípios da região Tocantina.

Quanto ao Tempo Comunidade (TC) oportuniza o desenvolvimento de estudos, pesquisa e extensão envolvendo duas disciplinas por semestre: os estágios supervisionados e a Práticas extensionistas e o seminário integrador. Os estágios ocorrem em seis semestres letivos e

disciplinas de Prática extensionista no tempo comunidade e seminário integrador I, II, II, IV, V, VI, VII ocorre em sete semestres letivos no período em que se realizam os Tempos Comunidades do curso nas suas respectivas áreas do conhecimento.

O Tempo Comunidade é um momento propício para identificar a história da comunidade e da escola, a etnociência local presente no território por meio saberes e conhecimentos dos curandeiros, benzedeiros, parteiras, produtores de plantas medicinais, pescadores, extrativistas, quilombolas indígenas, agricultores, plantação das roças (milho, pimenta, açaí, cacau, oleaginosos etc.), convidado para plantação e colheita das roças, produção da economia local, políticas públicas existentes e outros aspectos da cultura popular envolvendo, dança, arte, folclore, artesanato, religiosidade popular, ancestralidades, crenças, poesias, organização política e educativa do povo da comunidade etc. a relação desses saberes com o que a escola ensina, com o currículo escolar historicamente construídos nos espaços educacionais do educando ou nas proximidades do contexto social do campo articulando ao estágio supervisionado conforme as áreas de conhecimento.

Existem paradigmas curriculares em disputa nos territórios camponeses, um se encontra presente nos conhecimentos saberes ancestrais dos territórios e outro naquilo que a escola propaga, ensina. Cientes desses modelos, estágios em regime de alternância que se fazem pelo tripé: observação, regência e intervenção devem contribuir para reflexões com práxis que fortaleçam as questões organizacionais ligadas ao território, as formas de trabalho e renda tendo em vista transformar os aspectos educacionais, econômicas e socioculturais e político dos povos do campo.

A construção dos processos educativos contempla diferentes tempos e espaços pedagógicos, extrapolando a sala de aula e espaços escolares. Trata-se, portanto, de espaços-tempo de aprendizagens significativas, diferentes dos modelos tradicionais. Assim, a cada semestre, os educandos formulam um Plano de Estudos (roteiro) que guiará as ações definidas para o Tempo-Comunidade que iniciam com os estágios e seguem com as Práticas extensionistas no tempo comunidade e seminário integrador I, II, II, IV, V, VI, VII. E, antes do início do semestre seguinte, o plano de estudos será socializado no Seminário Integrador que pode ocorrer em uma comunidade de um dos municípios onde os educandos residem ou na sede dos pólos universitários ou do Campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA. Desse modo, os conteúdos de cada componente curricular do Tempo-Universidade, devem dialogar com as descobertas feitas no Tempo Comunidade precedente.

O Tempo Universidade será o momento de formação teórico-metodológico e conceitual com vistas à apropriação de saberes científicos para a intervenção na realidade sociocultural das comunidades. Do outro lado do Tempo Comunidade será momento de adentrar na realidade

histórico, político cultural do campo para conhecer seus saberes e conhecimentos e instigar contatos com a diversidade de saberes oriundos da comunidade e da ciência, em busca da (re)elaboração de outro conhecimento fundamentado na realidade concreta.

A articulação desses tempos será pautada a partir da realização da pesquisa e extensão, que será o fio condutor da síntese intelectual proposta. No Tempo-Universidade as propostas de pesquisa e extensão serão construídas a partir dos eixos teóricos propostos no projeto pedagógico. No Tempo-Comunidade os educandos terão que realizar pesquisas ou extensão in lócus para a produção científica em torno da realidade da escola e do território.

A socialização, através de Seminários Integradores objetiva apresentar publicamente os resultados e discussões sobre os estágios supervisionados realizados na sua comunidade. A preparação de cada Tempo-Comunidade se dará durante as aulas iniciais das atividades do Tempo Comunidade onde os educandos estudam a primeira parte dos estágios com orientações gerais para o tempo comunidade que ocorrerá na carga horária vinculada no PPC.

E, as disciplinas do tempo comunidade, de estágio supervisionado e Prática extensionista no tempo comunidade e seminário integrador I, II, II, IV, V, VI, VII., são pré-requisito uma da outra, ou seja, quem não conseguir cursar naquele semestre a primeira, não poderá cursar a segunda naquele semestre de oferta. Nessa perspectiva, o estágio supervisionado iniciará a partir do primeiro semestre letivo e finaliza no sexto semestre e terá relação temática com a Prática extensionista no tempo comunidade e seminário integrador I, II, II, IV, V, VI, VII. Esta finaliza no sétimo semestre trazendo levando os estudantes para vivência de experiências formativas nos movimentos sociais do campo e tem como pré-requisito a disciplina de Estudo e prática educativas em organizações populares. Desse modo, as disciplinas pertencentes ao tempo comunidade serão ministradas em regime de dupla docência.

Os Seminários Integradores correspondem, portanto, à socialização do Tempo-Comunidade, a partir das disciplinas de Prática extensionista no tempo comunidade e seminário integrador I, II, II, IV, V, VI, VII, ambas têm como culminância na socialização dos resultados a realização do seminário integrador. Estas disciplinas são obrigatórias e os educandos terão que cursar a cada etapa, e será parte integrante dos estágios e práticas extensionistas componente curricular exigidas pelo Ministério da Educação-MEC (cf. Resolução Nº4/2024). As produções/artigos, relatórios etc. decorrentes dessas experiências retornarão às escolas, as organizações populares ou as comunidades camponesas em forma de seminários temáticos, oficinas, minicursos e palestras que serão realizados pelos educandos e acompanhados pelos professores-orientadores, em regime de dupla-docência.

Ressalta-se que a proposta metodológica de condução do curso, só poderá ser viabilizada a partir da formação dos formadores, ou seja, os professores envolvidos no projeto deverão compreender e participar ativamente do planejamento de cada etapa proposta do curso. Por isso, entre as etapas do tempo-universidade/tempo comunidade realizaremos as oficinas, seminários temáticos, ou palestras de preparação de vivência educativa de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante ? NDE, e terá como objetivos:

1. Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular da etapa;
2. Articulação das propostas que serão realizadas nas disciplinas;
3. Definição de atividades colaborativas entre as disciplinas que serão ofertadas nas etapas;
4. Definição da realização das atividades do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade;
5. Discussões sobre a proposta metodológica do curso;
6. Avaliação da condução metodológica das etapas.
7. Aprovação da lotação;

A cada oficina, seminário temático ou palestra de formação e planejamento da etapa será definido a partir dos núcleos formativos que serão condutores da proposta metodológica da etapa ofertada de cada curso de educação do campo em suas respectivas áreas de conhecimento. O núcleo I- Retrata sobre os Estudos de Formação Geral fundamentados no trabalho pedagógico na Educação do Campo e Diversidade na educação inclusiva.

O núcleo II ? Traça no processo formativo a preocupação com Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional (ACCE) na licenciatura em educação do campo tendo como referência basilar a área do conhecimento específica e os conhecimentos da agroecologia. O núcleo III ? Se encaminha pelas Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) - trazendo as Práticas Extensionistas no Tempo-Comunidade nos Territórios Camponeses.

Finalizamos com o núcleo IV ? com o Estágio Curricular Supervisionado (ECS), momento em que os licenciandos em educação do campo vivenciam a práxis da profissão via Estágio Supervisionado durante o tempo comunidade conforme rege a Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 e a Lei nº 14.767, de 22 de dezembro de 2023 que assim trata ?Art. 12. Os Estágios Supervisionados decorrentes da Pedagogia da Alternância devem considerar as atividades realizadas do Tempo Comunidade desenvolvidas sob a gestão pedagógica da escola?. (Brasil, 2023, p.3). E ainda: ?Art. 15. Os Estágios Supervisionados decorrentes da Formação por Alternância devem considerar as atividades realizadas do Tempo Comunidade desenvolvidas sob a gestão pedagógica da Instituição de Educação Superior? (Brasil, 2023, p.4).

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

As concepções em que ao longo dos anos deram base à formação de professores no Brasil tem fundamentos na natureza epistemológica e/ou política e em tendências educacionais de determinados períodos. Para Andrade (2006), tais concepções possibilitam refletir acerca das políticas para a formação de professores no país, especialmente, a partir da Lei n. 9.394/96. As concepções de formação docente que culminam na produção de políticas curriculares e incluem o contexto da prática, são concepções baseadas nas racionalidades técnica, racionalidade prática e racionalidade crítica, como produtoras de sentidos que, ao longo dos anos, disputam a hegemonia da formação de professores.

Reconhecendo que essas concepções estão em disputa, ressignificando os sentidos de teoria e de prática nos cursos de formação de professores, e com base na concepção que busca romper com a separação entre teoria e prática, que entende a prática como aplicação da teoria, baseada na racionalidade técnica (aprender primeiro na teoria para fazer depois na prática), o Curso de Licenciatura em Educação do Campo busca articular teoria e prática por estratégias metodológicas desenvolvidas do primeiro ao oitavo período de formação e, organizados de acordo com a especificidade de cada área de conhecimento e nos tempos-espacos das alternâncias pedagógicas no decorrer do processo formativo dos licenciandos e das licenciandas. Assim, nos componentes curriculares ofertados tanto no TU quanto no TC, busca-se, ao longo do processo, a efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Campus Universitário do Tocantins, Cametá, abrange quatro áreas de conhecimento, sendo elas: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas tecnologias e Matemática, compreende que a prática como fazer didático-pedagógico, consiste em experiências formativas em ambientes escolares onde a aprendizagem do exercício profissional prevista no percurso

formativo ocorra por meio de atividades acadêmicas e investigativas acerca da docência, das práticas educativas, das atividades extensionistas e da organização do trabalho pedagógico. Assim, a Prática Pedagógica no currículo do Curso de Licenciatura Educação do Campo perpassa por todo o percurso acadêmico, tanto nas disciplinas do Tempo- Universidade, como nos componentes curriculares do Tempo Comunidade, tendo materialização na escola pública de educação básica e nos territórios camponeses.

A formação por alternância, metodologia do Curso, possibilita a intrínseca relação entre

teoria e prática, bem como da Escola de Educação Básica com a Universidade. Tais espaços de aprendizagens proporcionam aos discentes em processo formativo a construção do conhecimento por meio da articulação entre as dimensões investigativa, acadêmica, pedagógica, extensionista e de intervenção, que se efetivam na relação teoria-prática ao longo dos tempos-espaços de aprendizagem.

Nos núcleos de Estudos de Formação Geral-EFG e de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional-ACCE, os componentes curriculares são teórico-práticos e estão direcionadas ao aprofundamento da formação pedagógica que primam pela equidade e gestão democrática, bem como as situações de aprendizagem na educação básica e para o aprofundamento de conteúdos específicos de cada área de conhecimento. Assim, na dimensão prática de cada componente curricular das áreas de conhecimento, docentes e discentes, a partir da orientação do Projeto Pedagógico do Curso, planejam as atividades a serem realizadas, a partir das temáticas que compõem os componentes curriculares de cada núcleo formador. Tais atividades são previstas em formas de laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa, oficinas de recursos didáticos, mostras pedagógicas, práticas de campo, entre outras.

No Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do campo, os núcleos de Estágio Curricular Supervisionado-ECS e de Atividades Acadêmicas extensionistas-AAE (ambos presentes em todas as áreas de conhecimento e distribuídas ao longo do curso), têm uma relação intrínseca e ocorrem no Tempo-Comunidade.

Os estágios I, II, e III, com carga horária de 75 horas cada, dialogam com as Práticas Extensionistas no Tempo Comunidade e Seminário Integrador I, II e III, com carga horária de 30 horas cada, sendo os componentes realizados em escolas que atendam os anos finais do ensino fundamental e visam investigar e conhecer os aspectos relacionados à história do território e da escola do campo, sua importância e relação com a comunidade, a relação entre conhecimento científico e etnociência, estrutura física e pedagógica da escola, transporte escolar, projeto pedagógico da escola, currículo e organização do trabalho pedagógico nos anos finais do ensino fundamental das escolas do campo, as formas de oferta, acesso e qualidade dos anos finais do ensino fundamental nos territórios camponeses, observação da prática docente, bem como o planejamento desenvolvimento de regências, por área de conhecimento.

As atividades dos referidos componentes curriculares serão realizadas com ênfases em práticas que discorram sobre a história do território e da escola, articuladas com os modos de vida e de trabalho dos camponeses, com base nas metodologias agroecológicas com foco na criação de instalações artístico-pedagógicas, produção de maquete do território e da escola,

organização de feiras com exposições dos produtos do território, metodologias emancipatórias para exposição desses resultados, intercâmbios agroecológicos, caravanas culturais e agroecológicas, cartografia social e terreiros culturais, produção de materiais didáticos diversos, produção de cartilhas, folders, cartazes, elaboração e execução de projetos de intervenção na escola e um seminário integrado como culminância, ao final de cada estágio e Prática Extensionista de cada tempo-comunidade.

Os estágios IV, V, e VI, com carga horária de 60 horas cada, dialogam com as Práticas Extensionistas no Tempo Comunidade e Seminário Integrador IV, V e VI, com carga horária de 45 horas cada, as atividades dos referidos componentes serão realizadas em escolas de ensino médio, preferencialmente, de territórios camponeses. As atividades dos referidos componentes curriculares versam por temáticas voltadas à concepção de educação, trabalho, cultura, mulher e

juventude nas escolas e territórios camponeses. serão realizadas atividades práticas que visem investigar e conhecer os aspectos relacionados à estrutura física e pedagógica da escola, transporte escolar, currículo e organização do trabalho pedagógico, educação inclusiva no campo, formas de oferta, acesso e qualidade do ensino médio nos territórios camponeses, a observação da prática docente, bem como o planejamento e desenvolvimento de regências no ensino médio, por área de conhecimento. Serão realizadas produções e exposições de materiais didáticos e pedagógicos, Roda de conversa/encontro de socialização dos resultados das pesquisa realizadas na escola e comunidade, exposição do mapeamento da realidade escolar culminância, registros e exposições de vídeos e documentários sobre as atividades de estágios e Práticas Extensionistas, elaboração e execução de projetos de intervenção na escola e comunidade, seminários integradores como culminância ao final de cada Estágio e Prática Extensionista de cada Tempo Comunidade.

No componente curricular de Prática Extensionista em Organizações Populares e Seminário Integrador VII, com carga horária de 60 horas, também realizado no decorrer do Tempo-Comunidade, as atividades práticas irão envolver a participação dos discentes junto às organizações populares buscando ações-participativas-transformadoras contra-hegemônicas, com ênfase em ações de observação participante e investigação acerca dos desafios e potencialidades das associações, cooperativas, sindicatos, colônias dos pescadores e outras organizações populares dos camponeses, além de propor e desenvolver estratégias de autogestão coletiva com base na agroecologia, economia solidária e educação popular para construção de territórios do bem viver com e nas comunidades camponesas, ribeirinhas, quilombolas da Amazônia Tocantina. Por meio do desenvolvimento de metodologias emancipatórias em agroecologia para a autogestão das organizações, busca-se

desenvolver atividades práticas como: Rio do tempo, Análise conjunta de conjuntura, Facilitação gráfica, Círculo de cultura e Comunicação popular, produção de acordos coletivos, textos coletivos, Sistematização das experiências a partir da metodologia do Barquinho e Seminário Integrador.

Dessa forma, tendo como base a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, a qual ressalta em seu Art 4º, III, a importância da associação entre teorias e práticas pedagógicas, mediante o desenvolvimento de atividades práticas, orientadas a partir das realidades educacionais em que o futuro profissional do magistério atuará e, vinculadas aos diferentes componentes curriculares do curso de licenciatura e ao estágio curricular supervisionado, o Projeto Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, contempla as atividades de prática nos diversos componentes do currículo presentes em todos os núcleos formativos, possibilitando que os licenciandos e as licenciandas desenvolvam, ao longo do curso, habilidades docentes e, ao mesmo tempo, efetiva relação entre teoria e prática.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Educação do Campo é um componente curricular obrigatório, com uma carga horária total de 405 horas, em regime de dupla-docência, distribuídas em seis disciplinas, iniciando no primeiro semestre, conforme a Resolução CNE/CP 4/2024.

A política de Estágio Supervisionado obrigatório e não obrigatório está definida em normatização própria da Faculdade de Educação do Campo, fundamentando-se na Lei Federal nº 11788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes de modo geral, Resolução nº 4262/2012, da Universidade Federal do Pará, e na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. Não haverá vínculo empregatício com a instituição que concede o estágio, em conformidade com as Leis Federais nº 11.788/2008 e nº 9.394/96, além da Resolução da UFPA nº 4.262/12.

A formação inicial de profissionais do magistério da Educação Básica deverá ser organizada de forma a assegurar a socialização profissional inicial, mediante a construção e apropriação dos conhecimentos necessários ao exercício da docência e a capacidade de participar de modo ativo e crítico nos processos de inovação educacional concernentes à profissão docente.

De caráter obrigatório e teórico-prático, o Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação do Campo proporciona ao estudante a aproximação com a

realidade das escolas de Educação Básica do Campo tendo em vista a identificação, registro, análise e reflexão das problemáticas relacionadas à prática docente, com o acompanhamento do professor regente da Escola e a supervisão do membro do corpo docente do Curso de licenciatura em Educação do Campo, da UFPA-Cametá. Ademais, o estudante estagiário terá o apoio e a mediação de profissionais integrantes dos quadros docentes das escolas, redes e sistemas de ensino, de modo a orientar e dialogar a partir de programas e projetos formativos estruturados no PPC curso.

O estágio curricular está voltado ao desenvolvimento de um conjunto de atividades de pesquisa, ensino e extensão que proporcionem ao discente a vivência e a investigação dos diferentes espaços e contextos de ensino os quais se desenvolvem as práticas educativas possibilitando a compreensão da realidade escolar nas escolas do campo, tendo as seguintes finalidades:

- I- Promover um processo de significação e/ou ressignificação da identidade docente em que os estudantes debaterão os problemas e possibilidades do cotidiano, a partir da análise de dados relativos ao ensino-aprendizagem ensejando reflexões teórico-práticas;
- II- Permitir a contextualização das competências necessárias ao exercício da docência;
- III- Compreender a percepção da realidade do seu meio profissional e social e o desenvolvimento da sua capacidade crítica;
- IV- Desenvolver um espaço de formação e de desenvolvimento profissional, assentado no aspecto conceitual ? o estágio como reflexão a partir de sua práxis profissional;
- V - Sedimentar a formação acadêmica do estagiário promovendo a integração de saberes teórico-metodológicos permitindo a formação de um professor pesquisador que atue de maneira ética e comprometida com a educação em vários contextos sociais.

O estágio curricular supervisionado deverá ser realizado em instituições de ensino, públicas ou privadas, reconhecidas pelo MEC, preferencialmente nas escolas do campo da região do Baixo Tocantins. Distribuídas ao longo do curso e com início a partir do 1º semestre, o estágio supervisionado obrigatório é realizado integralmente de forma presencial. Divide-se em 06 (seis) componentes curriculares:

Estágio supervisionado I - História do Território socioeducacional e o papel da escola no território (75h); Estágio supervisionado II- Saberes ancestrais em diálogo com o conhecimento científico (75h); Estágio supervisionado III- Anos finais do ensino fundamental (ciências) (75h); Estágio supervisionado IV Ensino médio I - (60h); Estágio supervisionado V- Ensino médio II (60h) e Estágio supervisionado VI - Ensino médio III (60h). A análise das experiências de estágio nesta modalidade segue a teoria freireana e os princípios da Educação Popular, que estarão expressos orientações aprovadas pelo Núcleo

Docente Estruturante (NDE) para cada estágio.

Os estágios assim como todas as atividades estarão devidamente articulados às disciplinas que envolvem a prática de ensino do PPC, assim como estabelecidos focos claros para cada um dos semestres letivos, sendo articulados com as seguintes atividades:

Planejamento de ensino e aprendizagem: corresponde às horas destinadas para a preparação e organização das atividades gerais do estágio, tais como: projeto de estágio, preparação da observação participante, da pesquisa/investigação e outras atividades necessárias para iniciar o estágio.

Observação Participante: é a dimensão da prática no estágio que contempla os momentos de acompanhamento e colaboração às atividades docentes na escola/OS/MP podendo auxiliar na realização do planejamento de aula e nas orientações das atividades dirigidas pelo professor/coordenador, assim como realizar práticas de observações e acompanhamento de reuniões, diálogos e horas pedagógicas, atividades escolares e comunitárias onde professores e/ou estudantes estiverem reunidos.

Pesquisa/Investigação: é o momento em que serão realizadas ações de levantamentos de dados, informações e conhecimentos formais, oficiais, estatísticos e teóricos. Atuação por meio de entrevistas, gravações, registros e anotações das questões vivenciadas no campo de estágio;

Planejamento da Regência/Intervenção:

Regência: corresponde ao momento de prática pedagógica (lecionar) em que o/a estudante estagiário irá coordenar as atividades educativas em sala de aula. A regência é precedida do Planejamento da regência/Intervenção, que inclui a preparação do plano de aula do/da estudante estagiário, organização dos materiais didáticos, textos, equipamentos necessários para a regência.

Intervenção: elaboração do projeto de intervenção e a sua execução.

Produção de artigo e sistematização da vivência da prática pedagógica: finalizam as etapas do Estágio de docência, e corresponde a escrita do artigo científico (relatório final do estágio), fruto das pesquisas realizadas no campo do estágio, assim como a organização de toda a documentação do estágio supervisionado.

Seminário integrador: socialização das atividades desenvolvidas no estágio com os discentes, docentes e com a comunidade. Composição de mesas para debater as temáticas discutidas no estágio e nas práticas extensionistas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são de natureza acadêmico-científico-cultural e devem ser realizadas pelo discente ao longo de seu percurso formativo, totalizando uma carga horária mínima de 40 horas. Tais atividades são obrigatórias, conforme determina a Lei nº 9.394/1996 (LDB), que em seu artigo 3º assegura a valorização da experiência extraescolar como princípio da educação, bem como pela Resolução nº 4.399/2013 do CONSEPE, que aprovou o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, e pelo Regimento Geral da Universidade.

Considera-se atividade complementar toda ação relacionada ao curso de Educação do Campo, que envolva experiências formativas dentro ou fora da instituição, com caráter acadêmico, científico e cultural. São exemplos de atividades complementares: Participação em projetos de pesquisa e/ou extensão; Monitoria; Estágios não obrigatórios; Participação em cursos, oficinas e organização de eventos; Publicação de trabalhos acadêmicos, entre outras.

As Atividades Complementares têm como finalidade propiciar ao estudante uma trajetória autônoma e particular, que complemente o currículo do curso e enriqueça sua formação acadêmica, permitindo o desenvolvimento de habilidades, competências e a consolidação de uma formação ampla, crítica e humanística.

A carga horária de cada atividade será computada conforme regulamentação específica aprovada pelo Conselho da Faculdade. Os certificados de comprovação das atividades deverão ser entregues à Secretaria do Curso, que realizará a análise em fluxo contínuo. Os casos omissos serão avaliados pela Coordenação do Curso.

Uma vez cumprida a carga horária mínima exigida (40 horas), o(a) discente poderá solicitar o reconhecimento e registro dos créditos referentes às Atividades Complementares junto à Coordenação do Curso.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso (TC) consiste em uma produção acadêmica pautada nas normas institucionais, escrito pelos discentes, baseadas nos estudos e pesquisas desenvolvidos a partir de temas por estes estudados ao longo do curso. No TC serão avaliados critérios como criatividade, capacidade de análise de sua área de estudo, competência como estudante-pesquisador, escrita original que inter-relacione competência e compreensão de leituras sobre teorias e pesquisas desenvolvidas na área de formação do curso de Educação do Campo e outras afins, bem como a observância adequada das normas técnicas para

produção de trabalhos acadêmicos e a vinculação a questões relevantes para a educação dos povos do campo.

Está ancorada nos critérios definidos na Instrução Normativa da Faculdade de Educação do Campo e do Campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA, e principalmente em conformidade com a Instrução Normativa Nº 5 de 21 de dezembro, de 2023 que inicialmente explica que o Trabalho de Curso ? TC no âmbito da Universidade Federal do Pará é uma Atividade Curricular Obrigatória, componente do Projeto Pedagógico do Curso ? PPC, sendo um trabalho de síntese, integração ou aplicação de conhecimentos de caráter acadêmico-científico ou tecnológico.

Conforme o dispositivo documental o TC poderá ser desenvolvido de forma individual ou conjunta, devendo o Conselho da Subunidade Acadêmica deliberar sobre a aceitação e os critérios da modalidade conjunta, considerando o disposto no Art. 80 da Resolução nº 4.399/2013 ? CONSEPE/UFPA.

O documento segue expressando que respeitando as características e especificidades de cada curso de graduação, além das formas de concepção, desenvolvimento e modalidades de apresentação do TC descritas nos PPCs, a Subunidade Acadêmica responsável pela oferta dos cursos de graduação deverá possibilitar aos(às) discentes a obtenção de crédito em TC pelo cumprimento de uma das seguintes atividades:

- I. Monografia, podendo ser elaborada em coautoria, nos termos do artigo 3 desta Instrução Normativa;
- II. Texto científico na forma de artigo e resenha, podendo ser elaborado em coautoria, nos termos do artigo 3 desta Instrução Normativa;
- III. Publicação de trabalho em anais de evento técnico-científico, podendo ser em coautoria, nos termos do artigo 3 desta Instrução Normativa;
- IV. Memorial formativo, com a apresentação circunstanciada e fundamentada das vivências e experiências acadêmicas do(a) discente, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão;
- IV. Publicação ou aceite de publicação de artigo em periódico científico, podendo ser em coautoria, nos termos do artigo 3 desta Instrução Normativa;
- V. Submissão de artigo em periódico científico em coautoria com docente da UFPA;
- VI. Publicação de capítulo de livro com comitê editorial, podendo ser em coautoria, nos termos do artigo 3 desta Instrução Normativa;
- VII. Relatório de participação em projeto de ensino com plano de atividades concluído, na condição de bolsista ou voluntário(a);
- VIII. Relatório de participação em projeto de pesquisa com plano de iniciação científica

concluído, na condição de bolsista ou voluntário(a);

IX. Relatório de participação em projeto de pesquisa com plano de iniciação científica concluído, na condição de bolsista ou voluntário(a);

X. Relatório de participação em projeto de extensão com plano de trabalho concluído, na condição de bolsista ou voluntário(a);

XI. Relatório de experiência em estágio não obrigatório na área do curso, quando articulado à dimensão teórico-prática da vivência profissional, devendo apresentar os pressupostos e fundamentos teóricos da atuação, desde que a experiência de estágio não tenha sido utilizada para crédito de outro componente curricular;

XII. Produção audiovisual, espetáculo cênico e produção de partitura;

XIII. Produção artística, cultural ou tecnológica.

XIV. Desenvolvimento de patentes, modelos de utilidade, cultivares ou marcas.

Essas determinações servem como horizontes para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em suas respectivas áreas do conhecimento, seja ela de Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagem, Códigos e suas tecnologias, ou a Matemática. De acordo com a instrução normativa, o orientador(a) será o(a) docente efetivo(a), substituto(a), professor(a) visitante, pós-doutorando(a) ou discente de doutorado com supervisão do(a) orientador(a) da Universidade Federal do Pará, podendo ser designado(a) um(a) coorientador(a) externo(a) à UFPA. O orientado (a) e orientador (a) deverão definir conjuntamente a modalidade pela qual o(a) discente deverá apresentar seu TC. Caberá à Subunidade Acadêmica a constituição de banca(s) para avaliação da(s) atividade(s) submetidas a crédito do TC.

A composição da banca examinadora deverá ser proposta pelo(a) orientador(a), em diálogo com o(a) discente. O TC será defendido em sessão pública, perante banca constituída de, no mínimo, dois membros titulares, sendo um(a) deles(as), obrigatoriamente, o(a) orientador(a), que presidirá a sessão. As bancas examinadoras de TC poderão ser realizadas em formato não-presencial (forma remota), utilizando plataformas de tecnologia da informação e comunicação, com ampla divulgação da forma de acesso à comunidade acadêmica. A Subunidade Acadêmica poderá organizar Jornadas de Defesa dos Trabalhos de Curso, com ampla divulgação à comunidade acadêmica, indicando a data, o horário e o local, observando os prazos definidos no calendário acadêmico da UFPA.

Não serão admitidos Trabalhos de Curso incompatíveis com o respeito à ética, à diversidade étnica, cultural e biológica, ao pluralismo de ideias, de pensamento, à defesa dos direitos humanos e à preservação do meio ambiente, princípios regentes da Universidade Federal do Pará, nos termos do art. 2º, incisos II, III e IV do Regimento Geral.

POLÍTICA DE PESQUISA

A Pesquisa desempenha papel crucial na formação dos discentes do Curso, envolvendo investigações artísticas e científicas, desenvolvidas em campo. Seus progressos e resultados podem ser apresentados em fóruns, seminários, congressos, vinculados ou não, aos projetos dos docentes da Faculdade. As atividades de Pesquisa realizadas pelo corpo docente e discente, seja por meio dos Trabalhos de Curso, por outros trabalhos de Iniciação Científica e/ou outros de caráter investigativo e analítico, são desenvolvidos nas linhas de pesquisa dos docentes, que abrangem fundamentos teóricos, analíticos, estéticos, históricos, agroecológicos, críticos e linguagens.

Os grupos de pesquisas ocupam lugar central na formação acadêmica, de graduandos e graduandas, oferecida nas instituições de ensino superior (IES). É neste espaço de partilha de saberes e afetos que os discentes aprendem a realizar pesquisa e amadurecem o seu olhar de pesquisador e pesquisadora. Para tanto, os grupos de pesquisas centram o interesse em um objetivo de investigação, aprofundam estudos e desenvolvem pesquisa sob um campo epistêmico. Na Faculdade de Educação do Campo, do Campus Universitário do Tocantins-Cametá, são vinculados 03 (três) grupos de pesquisas, a saber: Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo da Região Tocantina-GEPECART, Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina ? GESAT e Grupo de Pesquisas em Educação do Campo, Agroecologia e Economia Solidária- GESOL.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo realizará sua vinculação com diferentes linhas de pesquisa que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Campus Universitário do Tocantins-Cametá e em outros Campi da UFPA, visando fortalecer a docência e a ênfase em Ciências da Natureza, Ciências Sociais e humanas, Linguagem, códigos e suas tecnologias e matemática nas suas variadas formas de atuação.

A seguir apresentamos as linhas de pesquisa vinculadas aos professores do Campus e suas ementas:

- a. Linha de Pesquisa Cultura e Trabalho e História e Cultura Negra: Vinculada ao Grupo de Pesquisa, História, Educação e Linguagem na Amazônia da UFPA/CUNTINS. A linha estuda desenvolvimento de estudos e pesquisas em educação afro-descendentes; estudo de escolas quilombolas; formação de trabalhadores das comunidades quilombolas; cultura, identidade e educação nas comunidades negras.
- b. Linha de Pesquisa Relações Sociedade e Natureza, Agroecossistemas e Sistemas de Produção, vinculado ao GEDAF - Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar. Desenvolve pesquisa e análises das relações homem-natureza e as formas de uso e

apropriação do espaço, caracterizando os saberes locais e os modos de vida camponesa. Busca compreender a diversidade dos agroecossistemas visando a construção de referenciais técnicos-econômicos e socioambientais que permitam refletir sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção, privilegiando em termos analíticos a combinação dos modos de uso do meio biofísico com fatores de natureza social, econômica e ambiental.

c. Linha de Pesquisa Populações Amazônicas: história, identidade, cultura e educação, vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia-GEPERUAZ/UFPA. A linha reúne pesquisadores que investigam sobre as populações da Amazônia, focalizando sua historicidade, sua diversidade sociocultural e territorialidade, incluindo políticas e práticas educacionais.

d. A Linha de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais, vinculado ao GEPECART/ UFPA/ CUNTINS, desenvolve estudos dos movimentos sociais, o seu percurso histórico e relação com o Estado e a Escola. Aborda as concepções de educação oriundas da pedagogia do movimento; estuda os processos de organização do povo e das lutas dos trabalhadores rurais para a garantia dos direitos sociais.

e. Linha de Pesquisa Educação Escolar e Diversidade no Campo, vinculado ao GEPECART/ UFPA/ CUNTINS. Realiza estudos das diferentes práticas pedagógicas presentes nas escolas indígenas, remanescentes de quilombo, ribeirinhas e extrativistas da região Tocantina. Investiga a diversidade sociocultural e ambiental amazônica e suas contribuições para a reconfiguração do currículo e da organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo.

f. Linha de Pesquisa Educação Especial no Campo, vinculado ao GESAT/UFPA/CUNTINS. Realiza estudos teórico-metodológicos que permitem a reflexão e o aprofundamento sobre práticas inclusivas aos alunos com deficiência nas escolas do Campo da Região Tocantina.

g. Linhas de pesquisas em Agricultura Familiar, Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, Currículo, saberes e Ensino de Ciências nas escolas do campo, Educação básica e superior do campo, política de formação dos educadores do campo, Movimentos sociais e Práticas educativas, Populações quilombolas, mercado institucional de alimentos e alimentação escolar, economia solidária, Agroecologia e Feminismo e Sustentabilidade dos Sistemas de Produção Familiares na Amazônia, vinculado ao GESOL/UFPA/CUNTINS.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Universidade Federal do Pará, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, aponta a Política de Extensão para o desenvolvimento e afirmação da extensão universitária nas agendas dos

Campi Universitários e Faculdades de Graduação, devendo referenciar a criação e realização de projetos de extensão no Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Com base na Resolução n. 5.467, de 27 de janeiro de 2022, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA, os cursos de Graduação devem prever, em seus PPCs, o mínimo de 10% (dez por cento) do total das horas de integralização do Curso, que devem ser incluídas na carga horária de disciplinas cuja natureza permita essa articulação. Tendo em vista que, a Licenciatura em Educação do Campo possui 04 áreas Ciências da Natureza, Ciências Sociais e humanas, Linguagem, códigos e suas tecnologias e Matemática correspondendo cada uma 3.555h (três mil, quinhentos e cinquenta e cinco), a Extensão corresponde a 375h, distribuídas ao longo dos componentes curriculares, excluindo-se os Estágios Supervisionados e Atividades Independentes. vale destacar que além das 375 horas dedicadas exclusivamente à Extensão, existem cargas de extensão adicionais incluídas em componentes curriculares das diversas áreas e respeitando as particularidades de cada ênfase. Desse modo a carga horária total de extensão de cada ênfase pode ser diferente, mas será sempre superior ao mínimo de 10% (dez por cento) do total das horas de integralização do Curso.

Entre as principais diretrizes a serem acionadas na afirmação da política de extensão da UFPA está a indissociável interação entre teoria e prática, de forma que as ações extensionistas possam priorizar a construção de novas formas de articulação teórico-prática no currículo de formação de professores. Essa orientação nos faz ponderar que a extensão, adquirindo a dimensão das práxis educativas, envolve instâncias fundamentais da vida humana que precisam ser investigadas, provocando intervenções nas condições concretas da vida social por meio da extensão (Melo Neto, 2014; p.85).

Outro fator qualificador da política de extensão a ser adotada, é a realização de uma prática de extensão orientada pelas categorias Movimento e Trabalho, onde assume como princípio educativo orientador a prática de transformação e mudança social como um dos pilares estruturadores da universidade na produção do conhecimento e intervenção na sociedade, ou como frisa Freire (1990, p. 45) ?a extensão é um ato de transformação das condições materiais e simbólicas em que se expressa a opressão social dominadora e desumanizante?.

Ao se basear nessas categorias, a extensão se transforma num ato de educação popular, nos marcos da pedagogia da libertação, para enfrentar práticas extensionistas tratadas em ações isoladas ou mecânico-unilateral, pois se configura como um movimento de transformação das condições sociais de vida, trabalho e educação em que se encontram as populações mais carentes de nossa região (Jezine, 2007). Nesse contexto em que a extensão deve provocar a realização do movimento de mudança, a transformação ocorre por meio do trabalho como

resultado da intervenção realizada pelos sujeitos sociais em suas condições concretas de vida, significando que o trabalho se torna, portanto, fator de criatividade humana (Melo Neto, 2014).

Para assessorar no desenvolvimento das atividades de extensão a serem realizadas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, pretende-se fazer uma sólida articulação com o Centro de Extensão do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, setor que acompanha e apoia a exequibilidade dos projetos de extensão do campus.

Considerando essas premissas, para incentivar a criação de projetos de extensão envolvendo professores e estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, propõe-se o apoio e assessoria à criação de projetos para concorrerem a bolsas de extensão e à realização de Ciclo de Palestras, Mesa Redonda, Encontro, Simpósio, Jornada, Colóquio, Fórum, Reunião, Seminário, Mostra, Exposição, Feira, Salão, Circuito, Semana, Sarau, Oficina, Minicurso, Workshop, Conferência, Laboratório, Festival, Lançamento, Cultural, Recital e Apresentação Teatral, e outros, as quais sejam previstas ações educacionais e que possam ser realizadas nas próprias comunidades campesinas da região Tocantina-PA, vinculadas aos grupos de pesquisa e extensão da Faculdade de Educação, a saber: Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo da Região Tocantina-GEPECART, Grupo de Estudos Surdos na Amazônia Tocantina ? GESAT e Grupo de Pesquisas em Educação do Campo, Agroecologia e Economia Solidária- GESOL.

Como as demais atividades, a extensão para ser realizada, deverá ser planejada e aprovada pelo Comitê Pedagógico da licenciatura em educação do campo/Cametá, pelo Conselho da Faculdade de Educação do Campo e pelo centro de extensão do CUNTINS/UFPA, em forma de projeto, e registrada no Sistema de Informações de Extensão (SISAE) pelo(s) professor(es) responsável(eis), sob orientação da coordenação das atividades de Extensão. O relatório final das atividades será encaminhado à direção da Faculdade juntamente com o Diário do Professor.

Pelo conjunto das ações previstas, a política de extensão universitária a ser desenvolvida pelo Licenciatura em Educação do Campo, propõe consolidar um triângulo epistêmico que unifica ações entre ensino-pesquisa com a extensão, favoráveis à realização de uma prática de educação do campo compromissada com a sociedade e com a transformação das condições de trabalho e educação em que vivem as populações do campo.

A Faculdade de Educação do Campo em suas ações extensionista busca promover formação nos princípios da inclusão, do diálogo e dos respeitos com a pluralidade cultural, linguística, econômica, educacional e social existente no campo Amazônico que entendem que a Educação do/no Campo não é apenas uma formação acadêmica, mas é também um projeto

de vida e de uma outra sociedade, firmada em raízes decoloniais, interculturais, dialógicas e de resistência.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão baseia-se no princípio de que todos os seres humanos têm direitos iguais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco], 1948), envolve ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas (Ministério da Educação [Mec], 2008) e abrange todas as minorias historicamente excluídas da sociedade, seja por questões de raça, sexo, religião, origem ou qualquer condição (Unesco, 1948).

A Universidade Federal do Pará vem progressivamente aumentando e fortalecendo sua Política de Inclusão, possibilitando aos jovens indígenas, negros/quilombolas e Pessoas com deficiência do campo e da cidade, possibilidade de ingressar nos cursos de graduação da instituição. A Licenciatura em Educação do Campo, ofertada no Campus Universitário do Tocantins-Cametá, compreende a importância da inclusão social e se posiciona, de forma teórica e prática, a favor da inclusão, da democracia e da efetiva garantia de direitos aos grupos sociais historicamente marginalizados pelo modelo hegemônico da Modernidade/Colonialidade (Oliveira, 2023).

A Faculdade de Educação do Campo, na região do baixo Tocantins, tem oportunizado transformações ao estimular novas organizações nas instâncias acadêmicas estaduais e municipais, no que tange às áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, códigos e suas tecnologias e Matemática.

Para oportunizar o acesso a Faculdade, a faculdade vem garantindo cotas em seus editais, para Pessoas pertencentes à comunidade dos povos do campo, das águas, das florestas, dos quilombolas, dos povos originários, das Pessoas com Deficiência. Com intuito de garantir a acessibilidade das Pessoas com Deficiência nos Processos seletivos para ingresso e permanência na Faculdade de Educação do Campo pela UFPA ? Campus Cametá, as provas são disponibilizadas em formatos acessíveis, como também a disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência (Brasil, 2015).

Para tanto, sua política de inclusão social se baseia na garantia do acesso, permanência, participação e aprendizagem, de acordo com o previsto na Lei n. 13.146 de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e na Resolução n. 828, de 23 de março de 2021, que aprova a Política Institucional de

Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE) da UFPA (Brasil, 2015; UFPA, 2021).

Acerca dos atendimentos aos discentes com deficiência, a Universidade Federal do Pará, possui na Pró-reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil a Diretoria de Acessibilidade (DAcess) e os seus Núcleos de Acessibilidade. Eles determinam o acesso e a efetivação da garantia do direito à educação, bem como o pleno desenvolvimento da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) descreve a Educação Especial como modalidade transversal em todos os níveis, etapas e modalidades. Tem a função de disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade ao público-alvo da educação especial e orienta na criação de núcleos de acessibilidade no ensino superior.

Em relação ao acesso, o Decreto nº 7.234 garante o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e o Decreto nº 7.611/2011 trata sobre a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. Tem como objetivo a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (Brasil, 2011).

Nessa perspectiva, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá a partir da portaria nº 13/2016 cria o Núcleo de Acessibilidade chamado de Divisão de Inclusão Educacional (DIE). Esta divisão tem como principal objetivo: Garantir na educação superior a eliminação de barreiras atitudinais, físicas, de comunicação e de informação e nas adaptações razoáveis que restringem a participação do desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência e assessoramento aos alunos com Transtornos Globais do desenvolvimento e superdotação/Altas habilidades (Brasil, 2008, 2015).

A permanência da Pessoa com Deficiência em espaços acadêmicos é dever da Universidade (Brasil, 2015). Para isto, é necessário reformular padrões no sistema pedagógico, social e educacional que favoreçam os graduandos com deficiência. A Faculdade de Educação do Campo realiza parceria com o núcleo de acessibilidade para garantir o atendimento às necessidades de cada discente com deficiência. No que tange a incumbências e serviços do Núcleo de Acessibilidade da UFPA-Cametá, destacam-se:

? Assessoramentos nas áreas de Deficiência Física, Transtorno do desenvolvimento Intelectual (TDI), Cegueira/Baixa Visão, Deficiência auditiva/Surdez, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades e superdotação ;

? Atendimento individualizado;

? Atendimento de monitoria;

- ? Produção de materiais em Libras e Braille;
- ? Formação e produção em tecnologias assistivas;
- ? Serviço de tradução e interpretação em Língua Sinais e
- ? Bolsa e Kit PcD.

Para tanto, são necessárias novas práticas na universidade que permita um ensino flexível e de qualidade, respeitando as especificidades de cada discente com deficiência, isto é, planejamento estratégico para favorecer as políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade, como:

- ? ?Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva? (Brasil, 2015 grifo nosso);
- ? Elaboração de materiais didático-pedagógicos voltados para o ensino-aprendizagem dos graduandos com deficiência;
- ? Formação continuada aos profissionais que irão atender, trabalhar e ensinar sujeitos com deficiência (Brasil, 2015 grifo nosso);
- ? Contratação de profissionais na área da Educação Especial para garantir o atendimento ao público-alvo, sendo: professores da Educação Especial, Ledores, Brailista, audiodescritores, intérprete e instrutores de Libras, cuidadores, profissional de apoio;
- ? ?[...] Abrir espaços para refletir sobre as barreiras ? sejam arquitetônicas, sejam atitudinais, sejam ainda materiais ? é uma forma de romper com o imobilismo e apresentar caminhos mais inclusivos e justos na universidade? (Moreira, 2004, p.70).
- ? Construção de espaços acessíveis, banheiros adaptados, rampas, elevadores, piso tátil,

Para mais, a inclusão se concretiza ao longo do processo de formação em seus diversos componentes curriculares pelo debate e vivência de práticas de valorização da diversidade e em suas múltiplas formas e interseccionalidades: pessoas com deficiência, povos originários, negros, quilombolas, homens e mulheres do campo, idoso, crianças, pobres, pescadores, ribeirinhos, entre outros. Além disso, a Faculdade de Educação do Campo incentivará:

- ? A realização de eventos pedagógico-científicos que problematizam e ampliem a compreensão sobre o sentido da inclusão social;
- ? Ampliar e fortalecer os canais de participação social, apostando no contínuo esforço dos excluídos para prosseguir na construção de uma sociedade que reconheça seu direito a ter direitos - os direitos humanos em toda sua plenitude - civis, políticos e sociais;
- ? Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONGs e de

outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações;

? Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania.

Dessa forma, espera-se valorizar a presença desses discentes, bem como realizar troca de saberes com os diferentes grupos, em uma postura na qual esses estudantes não estão na Universidade apenas para aprender, mas também para ensinar com sua presença e corporeidade. A Faculdade de Educação do Campo compromete-se com uma formação universitária crítica, inclusiva e com qualidade e reforça a práxis firmada nas políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade que já acontecem e na elaboração de planejamento estratégicos de ações para efetivarmos um espaço acadêmico que garanta o acesso, a permanência e qualidade na formação para todos, todas e todes.

POLÍTICA DE EGRESSO

Formar professores pertencentes a diferentes coletivos camponeses: ribeirinhos, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores e outros sujeitos que constroem suas condições de existências no campo, para exercer a docência nas áreas de Conhecimentos no contexto das Amazônias: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática nos Anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo e da cidade, públicas, particulares e confessionais, tais como, Casas Familiares Rurais-CFR's, Escolas Técnicas Agrícolas e nas Escolas Famílias Agrícolas-EFA's, dentre outros espaços sociais, para exercer a docência sintonizada com pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar, intercultural e agroecológica comprometida com a participação democrática popular de qualidade, contribuindo com a transformação da educação e da realidade social desse território.

-

Profissionalizar política, social e pedagogicamente educadores do campo em exercício ou jovens e adultos para o exercício da docência na educação básica do campo com ênfase na Área Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática para atuarem como professores nos anos finais do ensino

fundamental e ensino médio;

-

Oportunizar o acesso a outros níveis e formas de conhecimentos, articulados com os saberes das experiências acumuladas pelos sujeitos do campo, das águas e das florestas inclusive da vivência pedagógica, constituindo-os como saberes profissionais;

-

Implementar itinerários formativos e práticas pedagógicas ancoradas nas necessidades e anseios das comunidades do campo e na articulação entre teoria e prática no processo de formação em nível do Tempo Universidade e Tempo Comunidade;

-

Estudar, produzir e socializar conhecimentos científicos, didáticos, metodológicos e de organização social e política referentes aos processos educativos que acontecem na escola e na produção dos movimentos sociais do campo, tendo por princípios orientadores da dimensão histórica, técnica, política e cultural do fazer pedagógico;

-

Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros educadores para a investigação e análise crítica do contexto educacional e ambiental, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática educativa, através de projetos pedagógicos e agroecológicos de apoio;

-

Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os etnoconhecimentos, ancestralidades, cosmopráticas e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho na agricultura familiar, pesca, extrativismo do açaí e demais produções regional;

-

Fortalecer a relação interfórum como articulação indispensável entre os fóruns de educação do campo, agroecologia e economia solidária, o poder público e a universidade, apoiando a criação de políticas públicas intersetoriais que envolvam a escola e os espaços de produção das comunidades camponesas, ribeirinhas e quilombolas.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O planejamento das atividades docentes será realizado semestralmente em dois níveis: coletivo e individual. No planejamento coletivo, a direção definirá as disciplinas a serem

ofertadas, e o período em que elas ocorrerão, considerando componentes curriculares obrigatórios. Após o planejamento, a direção da faculdade deverá apresentá-lo para ser apreciado em reunião ordinária, ou extraordinária, do colegiado. Esse processo ocorrerá antes do início do semestre letivo.

No planejamento individual, cada docente deve alinhar seu Plano de Trabalho Individual (PTI) com o planejamento coletivo, assegurando o cumprimento da carga horária conforme as normas institucionais. Ainda, cada docente poderá prever a realização de atividades a serem registradas no PIT, como orientações na graduação e pós-graduações, projetos de pesquisa, ensino e extensão, tutorias, TCs, atividades administrativas, colegiados, comissões, dentre outras pertinentes ao trabalho docente.

Cabe ainda aos docentes preparar seus planos de ensino para cada disciplina, e apresentá-los ao colegiado em reunião para aprovação. Ao início de cada disciplina, os docentes deverão apresentar o plano de ensino para os alunos, e ao final, deverá ocorrer a conferência para averiguar se o planejamento foi cumprido. No plano de ensino deve constar:

Ementa: síntese do conteúdo que será ministrado na disciplina.

Objetivos geral e específicos: componentes fundamentais que indicam o que se espera que o estudante aprenda ao cursar a disciplina.

Conteúdo programático: descreve de forma organizada e sequencial, os temas e assuntos que serão abordados durante a disciplina em ordem lógica. O mesmo deverá ser dividido em unidades.

Cronograma: apresenta como o conteúdo será distribuído ao longo do período letivo, organizando o que será ensinado e quando.

Metodologia de ensino: descreve como o conteúdo será ensinado aos alunos. Deverá apresentar a prática pedagógica e explicar os métodos, estratégias e recursos que o(a) professor(a) utilizará para promover a aprendizagem.

Avaliação: define como será medida a aprendizagem dos alunos ao longo da disciplina. Deve descrever os critérios, instrumentos e métodos utilizados para verificar se os objetivos de ensino foram alcançados.

Recursos: descreve os materiais, ferramentas e suportes que o(a) professor(a) utilizará para apoiar o processo de ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica: reúne os principais livros e textos fundamentais para o estudo da disciplina. Deve estar diretamente relacionada aos conteúdos do curso.

Bibliografia complementar: Reúne materiais que aprofundam ou expandem os temas abordados. Pode incluir obras técnicas, artigos científicos, manuais, vídeos, sites, normas técnicas, entre outros.

O incentivo e apoio para a qualificação do corpo docente é uma política de formação continuada em processo contínuo na FECAMPO. Informações sobre programas, projetos e atividades diversas ofertadas pela instituição e que são condizentes com as perspectivas formativas da FECAMPO serão amplamente divulgadas. Em se tratando de atividade formativa como curso de pós-graduação ou capacitação, requerendo licença para afastamento, a solicitação deve seguir as instruções normativas da instituição. E a faculdade se planejará, conforme as normatizações da instituição. Caso o docente solicite afastamento de suas atividades, a unidade deve avaliar a necessidade de substituição de carga horária no curso, redistribuir temporariamente as disciplinas entre os demais docentes da área, sempre que possível, caso a carga horária não possa ser suprida internamente, solicitar professor substituto por meio de edital específico.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

1.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

A concepção avaliativa pauta-se numa posição contra-hegemônica (Gramsci, 1999; Mézáros, 2005) na perspectiva da qualidade educacional que requer processos democráticos e emancipatórios (Saul, 1988), perpassando a política institucional (Dias Sobrinho, 2003) e, se concretizando na práxis educativa (Freire, 1996).

Visando a transformação e autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos formativos contínuos e coletivos de construção do conhecimento, no tempo universidade e no tempo comunidade, temos como princípios avaliativos: a participação, a dialogicidade, a problematização, o conhecimento da realidade, a análise crítica, o envolvimento social e político na relação teoria e prática pedagógica e educativa.

Princípios estes que nortearão a avaliação do processo ensino-aprendizagem, a gestão do Curso, e o Projeto Pedagógico, pois a avaliação engloba todos os sujeitos educacionais e os processos formativos da FECAMPO.

Almejando a participação coletiva e autonomia, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo propõe a criação de um Comitê Pedagógico formado por uma representação interdisciplinar que deverá ser composta por docentes e estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo; representantes da Secretaria de Educação e Agricultura de Cametá; dos professores, estudantes das escolas do campo e dos movimentos sociais e sindicais.

As metas deste Comitê Pedagógico são acompanhar, apoiar, contribuir, orientar e propor

ações para o desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, auxiliando no controle social das atividades de docência, pesquisa, extensão, estágio curricular e na alternância pedagógica, bem como na aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros e das atividades administrativas e pedagógicas.

1.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem dialoga com a práxis pedagógica e práxis educativa na perspectiva diagnóstica, formativa, contínua e processual (Rosa, 2022) com vistas à autonomia e emancipação dos educandos e educadores do campo.

Os docentes devem atender aos princípios das ações coletivas de planejamento envolvendo ensino, pesquisa e extensão, da valorização do saber do educando, do trabalho individual e em equipe, da compreensão crítica do conhecimento e da proposição de inovações teórico-práticas por parte dos estudantes, como requisitos conceituais e metodológicos para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

A autonomia para desenvolver atividades avaliativas próprias das atividades curriculares está vinculada ao planejamento coletivo e dialógico entre docentes e estudantes. Caberá aos docentes utilizar diferentes instrumentos de avaliação, tais como seminários, produção escrita, experimentos, entre outros. Tais instrumentos deverão possibilitar o acompanhamento e avaliação específica das aquisições dos conhecimentos e competências.

Os resultados das avaliações nas disciplinas serão expressos através de conceitos representados pelos códigos conforme o regimento de graduação da instituição: SF (Sem Frequência), INS (Insuficiente), REG (Regular), B (BOM) e EXC (Excelente). E para a aprovação o discente deverá obter o conceito REG, BOM ou EXC, e no mínimo 75% de frequência na disciplina. O conceito SA (Sem Avaliação) será atribuído ao discente que não cumprir as atividades programadas. Registrar-se-á SF (Sem Frequência) no histórico escolar quando o discente não obtiver a frequência mínima exigida. O resultado da avaliação das disciplinas em cada semestre estará à disposição dos alunos no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas ? SIGAA - UFPA.

Recomenda-se no decorrer e/ou ao final da disciplina a turma e o/a docente da disciplina procederem avaliação individual e coletiva sobre o desenvolvimento da disciplina elencando os pontos positivos, as dificuldades, limites e possibilidades, a fim de ter-se um diagnóstico para reflexões e melhorias.

1.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO

A avaliação do trabalho pedagógico e a execução das Atividades Curriculares ocorrerá em cada período letivo conforme descrito no Art. 70 do Regulamento do Ensino de Graduação para elucidar os procedimentos, as dimensões e os critérios de avaliação, como definidos

pela UFPA, PROEG ou FECAMPO, para aferir o alcance dos objetivos estabelecidos no PPC. O objetivo dessa avaliação é identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis que poderão auxiliar na consolidação dos pontos fortes e em soluções que minimizem ou eliminem os pontos fracos em curto, médio e longo prazo.

O desempenho dos docentes será avaliado, presencialmente, pela turma, no percurso e ao término da disciplina, conforme dialogado e acordado coletivamente, no momento da apresentação e discussão do Plano de Curso, e levará em consideração os procedimentos de ensino e avaliação, os objetivos, os conteúdos, a carga horária e as condições materiais do trabalho pedagógico.

Além do que, cada estudante, individualmente, acessa o Sistema de Avaliação ? AVALIA, vinculado ao SIGAA para emitir suas impressões conforme o rol de pontuações que o sistema institucional dispõe nesse formato on-line. Assim como, o/a docente também procederá sua avaliação sobre aspectos relacionados à turma, infraestrutura, dentre outros.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O PPC da FECAMPO será avaliado conforme o Regulamento da Graduação (UFPA, 2013), que aborda no Inciso I do § 1º, do Artigo 90, da Seção II ?Da avaliação e acompanhamento dos Cursos? que este Programa engloba I ? autoavaliação dos Cursos de Graduação, obrigatória em cada período letivo, por meio do Sistema de Avaliação On-line (SIAB) e outros procedimentos complementares. E, o § 2º afirma que cada Unidade Acadêmica constituirá comissão de acordo com as Subunidades, comissões internas para avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Conforme o Regimento Geral da UFPA, Inciso XIV, Artigo 68, do Capítulo IV caberá ao colegiado do Curso ?coordenar e executar os procedimentos de avaliação do Curso? (UFPA, 2006, p.27. Nessa perspectiva, no processo de avaliação do Curso, deverá ser considerado duas ações: a) Pesquisa Diagnóstica, contendo um levantamento de impressões e opiniões a ser realizada por meio da aplicação de instrumentos de coleta de dados como o questionário, a entrevistas? e a observação? das atividades educacionais. Essas fichas terão como base os indicadores de desenvolvimento curricular, de desempenho dos cursistas, avaliação dos docentes (professores/pesquisadores), avaliação da gestão colegiada da FECAMPO, avaliação dos discentes e presença e participação nos cursos. b) Evento Integrador, onde participarão professores e estudantes do curso, representantes da gestão colegiada da FECAMPO, representantes das comunidades, representação do poder público, movimentos

sociais e sindicais, escolas e universidades, para apresentar e discutir os resultados finais da licenciatura e apontar indicadores de intervenção para o ano seguinte.

Far-se-á um acompanhamento pedagógico durante a alternância pedagógica, por meio da disciplina Prática Extensionistas no Tempo Comunidade e Seminários Integradores com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa dos cursistas e as suas atuações nas escolas do campo.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Cláudia Cristiana Cassol	Doutor	Ciências Exatas e da Terra	Dedicação Exclusiva
Edfranklin Moreira da Silva	Doutor	Agronomia	Dedicação Exclusiva
Edilena Maria Corrêa	Doutor	Ciências da Natureza e Educação	Dedicação Exclusiva
Enivaldo Dias Monteiro	Mestre	Geografia	Dedicação Exclusiva
Gisele do Socorro dos Santos Pompeu	Doutor	Engenharia Florestal	Dedicação Exclusiva
Hellen do Socorro de Araújo Silva	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Lincoln Silva Carneiro	Doutor	Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva
Manoel Leão Lopes Junior	Doutor	Ciências da Natureza	Dedicação Exclusiva
Maria do Socorro Dias Pinheiro	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Maria Edilene da Silva Ribeiro	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Oscar Ferreira Barros	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Pâmela Virgolino Freitas	Mestre	Ciências Biológicas	40 horas
Sandro Aléssio Vidal de Souza	Doutor	Ciências da Natureza	Dedicação Exclusiva
Tiago Corrêa Saboia	Doutor	Ciências Biológicas e Educação	Dedicação Exclusiva
Waldma Maíra de Menezes de Oliveira	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

O Curso de Licenciatura de Educação do Campo inicialmente está sendo composto por uma equipe administrativa de 3 técnicos e 1 bolsista, todos da Faculdade de Educação do Campo. A seguir apresentamos o quadro geral dos técnico e suas respectivas titulações e funções:

Idalina Ferreira Caldas Doutoranda Assistente Administrativo

João Miranda Furtado Doutorando Coordenador Pedagógico

William Oliveira Oliveira Especialista Assistente Administrativo

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
As salas de aulas do campus universitário tocantins/cametá são espaços físicos bem arejados, forrados, dois ar condicionados e 45 carteiras. Apesar de estudarem 40 alunos.	Sala	45	Aula	40
Biblioteca para o uso dos alunos e professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo e demais cursos da UFPA Cametá. Espaço amplo, refrigerado, computadores com internet, TV. Possui acervos de livros, periódicos nacionais e estrangeiros impressos, teses e dissertações e recursos multimídias.	Sala	90	Orientação acadêmica	1
Sala de professores utilizada para as orientações acadêmicas.	Sala	10	Orientação acadêmica	1
A sala (gabinete de pesquisa) está cedida para 02 dois Grupos de Pesquisas: o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo na Região Tocantina-GEPECART e o Grupo de pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia, e Economia Solidária-GESOL, vinculado à Faculdade de Educação do CUNTINS, possui um espaço físico próprio, dispondo de três computadores com acesso à internet, um notebook, duas impressoras, dois armários, duas mesas, cadeiras e acervo bibliográfico mínimo.	Sala	5	Orientação acadêmica	1
O Laboratório de Biologia apresenta um espaço de aproximadamente 68 m2 com capacidade para 40 alunos (divididos em dois grupos com 20 alunos). Possui uma bancada lateral com pias e conexões para equipamentos e outra bancada localizada no fundo do laboratório. O Laboratório oferece 03 (três) microscópios binoculares; 06 (seis) estereomicroscópios; um freezer horizontal para congelar e conservar amostras; 01 (um) computador; e algumas placas de Petri, lâminas e lamínulas (FONTE: Levantamento do Prof. Ricardo Arturo Guerra Fuentes ? Coordenadora do Laboratório, 2024).	Laboratório	40	Aula	40
O Laboratório de Informática possui um espaço de 15x10m², contendo 30 (trinta) computadores com acesso à internet, sala refrigerada, monitor e bolsista.	Laboratório	30	Aula	1
O Laboratório de Química apresenta um espaço de aproximadamente 40 m2 e atualmente se encontra em reforma, visando a construção de uma bancada central, a fim de comportar os equipamentos, sobretudo, os que necessitam da energia elétrica.	Laboratório	20	Aula	1
O laboratório de ensino de matemática e física apresenta um espaço de aproximadamente de 40				

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
m2. Sala refrigerada, com bancadas e cadeiras, equipamentos utilizados para o ensino de matemática e física e bolsista.	Laboratório	20	Aula	1
Laboratório Aplicado ao Ensino de Fitossanidade da Amazônia Tocantina ? LAFAT. Sala Climatizada, com bancas e cadeiras.Possui os seguintes equipamentos: câmaras climatizadas do tipo B.O.D; autoclave vertical; balança de precisão; Câmara de fluxo laminar horizontal; Estufa de secagem e esterização; forno micro-ondas; chapa aquecedora, lupa binocular do tipo estereomicroscópio; moedor elétrico e Destilador do tipo Clevenger.	Laboratório	20	Aula	1
Sala da secretaria da Faculdade de Educação do Campo	Secretaria	10	Administrativa	1
Sala do diretor da Faculdade de Educação do Campo	Secretaria	5	Administrativa	1
Sala do vice-diretor da Faculdade de Educação do Campo	Secretaria	5	Administrativa	1
Sala do coordenador do estágio	Secretaria	2	Administrativa	1
Sala da Divisão de Inclusão Educacional e o Grupo de Estudos Surdos na Amazônia tocantina.	Secretaria	5	Administrativa	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala da secretaria da Faculdade de Educação do Campo	computador	Cedido	2	
	datashow	Cedido	2	
	mesa	Cedido	3	
	caixa amplificadora	Cedido	1	Para realização de atividade de ensino e extensão, sobretudo em eventos externos
	Microfone	Cedido	2	Para realização de atividade de ensino e extensão, sobretudo em eventos externos

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor (comp.) Los Tormentos de la Materia. Aportes para una Ecología Política Latinoamericana (Buenos aires: ClaCso), 2006.

ALTIERI, Miguel. NICHOLLS, Clara Inés, Agroecologia nos Dias de COVID 19. Grupo de Trabalho sobre Agroecologia Política do CLACSO.Universidade da Califórnia, Berkeley / CELIA. 2020.

ANDRADE, E. P. Um Trem Rumo às Estrelas: A Oficina de Formação Docente Para o Ensino de História (O curso de História da FAFIC). 2006. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MICHELOTTI, Fernando & HAGE, Salomão Mufarrej. Formação em Alternância. IN: DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de Agroecologia e Educação. 1 E de Saúde e3 d. São Paulo. Expressão Popular. Rio de Janeiro. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2021.

BAGNO, Marcos. RANGEL, Egon. Tarefas da Educação Linguística no Brasil. Rev. bras. linguist. apl. 5 (1) ? 2005 <https://doi.org/10.1590/S1984-63982005000100004>

BARROS, Oscar Ferreira Barros. Territórios do currículo por áreas de conhecimentos na Licenciatura em Educação do Campo da UFPA, Baixo Tocantins-Pa, no combate as encruzilhadas das colonialidades. Tese de Doutorado?Universidade Federal do Pará/PPGED, Belém, 2021.

BARROS, Oscar Ferreira. As áreas de conhecimentos como territórios de humanização nas escolas do campo, das águas e das florestas nas Amazônias. Amazonidades com a terra, águas e florestas. Live, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=myJspvv4kTM>. Acesso em: 15, junho, 2025.

BARROS, Oscar. et al. Formação em alternância nos cursos de licenciatura em educação do campo: diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais das populações amazônicas. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.12 ? 2020.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. Grupos Culturais na Formação da Amazônia Brasileira e Tropical, 1985. Disponível no site: Disponível em: www.tropicologia.org.br/conferencia/ . Acesso: em setembro de 2020.

BORBA, Marcelo. SANTOS, Silvana. Educação Matemática: propostas e desafios. EccoS ? Revista Científica , São Paulo, v. 7, n. 2, p. 291-312, jul./dez. 2005.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº. 02/2002 de 19 de fevereiro de 2002, com fundamentos no Parecer CNE/CP nº. 28/2001 de 17 de janeiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/1996.

BRASIL. PNE ? Plano Nacional de Educação. Lei nº. 13.005/2014.

BRASIL. Lei 11.645/2008. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 10.639/2003, Prevê obrigatoriedade do ensino de conteúdos de história da África, da luta dos negros no Brasil e de Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio. Brasília, 2008.

BRASIL. A Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e que destaca como núcleo estratégico do ensino superior a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de determinar a implantação de ações extensionistas

BRASIL. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena instituída pela Resolução CNE/CP nº 27/2001 de 18 de fevereiro de 2002 e com fundamentos nos Pareceres CNE/CP nº. 09/2001 e CNE/CP nº. 27/2001 de 17 de janeiro de 2002.

BRASIL. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, instituída pela Resolução Nº 2 de 1º de julho de 2015, que define a estrutura e currículo da formação inicial do magistério da Educação

Básica em nível superior. Em cursos de licenciatura.

BRASIL. As Diretrizes Curriculares para os Cursos de História, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº. 13/2002 de 13 de março de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CES nº. 429/2011 de 09 de julho de 2011 e CNE/CES nº 1.363/2001 de 25 de janeiro de 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20.02.25.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20.02.25.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20.02.25.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20.02.25.

BRASIL. Decreto 5626/2005 que regulamenta a Lei 10.436 de 2002 que dispõe sobre as Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20.02.25.

BRASIL. Decreto nº. 6.495, de 30 de junho de 2008, que Institui o Programa de Extensão Universitária-PROEXT.

CONCEIÇÃO, Maria de F. Carneiro da e MANESCHY, M^a Cristina A. Tradição e Mudança em Meio as Populações Tradicionais da Amazônia. In: COSTA, Maria José J. (Org.). Caminhos Sociológicos na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002. (pág. 147- 171).

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática: da teoria à prática. São Paulo: Papirus, 1996.

D?Ambrósio, U. Etnomatemática e Educação. In Knijnik, G., Wanderer, F. , & Oliveira, C. J. (Orgs.). Etnomatemática: currículo e formação de professores (pp. 39 - 52). Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc. 2004.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino. REvista Interdisciplinaridade. nº 06. 2014.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 2ed Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 32a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como problema de pesquisa nas Ciências Sociais. v. 10 n. 1 (2008): Dossiê Especial: Interdisciplinaridade. 2008.

GIMONET Jean-Claude.? A alternância na formação: Método pedagógico ou novo sistema educativo?? A experiência das Casas Familiares Rurais. In: DEMOL, Jean-Noel et PILON, Jean-Marc. Alternance, Developpement Personnel et Local. Paris: L?Harmattan, 1998, pg. 51-66.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GEPERUAZ. Base de Dados do INEP ? Censo Escolar Fechamento das Escolas do Campo. INEP-Brasil, 2024.

GIMONET Jean-Claude.? A alternância na formação: Método pedagógico ou novo sistema educativo?? A experiência das Casas Familiares Rurais. In: DEMOL, Jean-Noel et PILON, Jean-Marc. Alternance, Developpement Personnel et Local. Paris: L?Harmattan, 1998, pg. 51-66.

GOMES, João Carlos C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (org.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa, 2005, p. 71-99.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívea Regina da. Epistemologia da agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. (Orgs.). Dicionário de agroecologia e educação. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 394?403.

HAGE, S. M.; DO SOCORRO DE ARAÚJO SILVA, H. Formação de Professores e Professoras nas Amazônias com a Licenciatura em Educação do Campo e seus Princípios Estruturantes: Teacher Educating in the Amazon with a Degree in Rural Education and its Structuring Principles. Revista Cocar, [S. l.], n. 29, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9233>. Acesso em: 15 jun. 2025.

HAGE, Salomão Mufarrej; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel & MICHELOTTI, Fernando. Verbete ?Formação em Alternância?. IN: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Ana keila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de & VARGAS, Maria Cristina (Orgs). Dicionário de Agroecologia e Educação. Expressão Popular: Rio de Janeiro. Escola Politécnica de São Joaquim Venâncio, 2021.

INPE. Relatório ambiental de queimadas e desmatamentos. São Paulo, INPE. 2024. <https://www.gov.br/inpe/pt-br>

HERCULANO, S. et al. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-39.

JEZINE, Edineide. Educação e Movimentos Sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. Ed. Companhia das Letras. Livro Digital. 2022.

LIMA, Iranete. LIMA, Aldinete. Educação Matemática e Educação do Campo. Desafios e possibilidades de uma articulação. Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana. 2013.

MARTINS, G. L., & FANIZZI, S. (2023). O Ensino da Matemática no contexto da Educação do Campo: limites e possibilidades...RBECTocantinópolis/Brasilv. 8e1598310.20873/uft.rbec.e159832023ISSN: 2525-48638

MELO NETO, José Francisco de. Extensão popular / José Francisco de Melo. 2.ed. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, L. C. Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001410478> Acesso em: 20.02.25.

MELO, Renata José de. ADAMS, Fernanda Welter, NUNES, Simara Maria Tavares. Concepções da importância do Ensino de Ciências na educação básica por licenciandos de um curso de Educação do Campo. Revista Brasileira de Educação do Campo. RBE. Tocantinópolis/Brasil, 2020. v. 5e724010.20873/uft.rbec.e72402020ISSN: 2525-4863.

MOLINA, Mônica C. A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/download/6809/2772>

MAPBIOMAS. Relatório de queimadas no Brasil. MapBiomass, 2024.

<https://brasil.mapbiomas.org/>

MICHELOTTI, Fernando, MALHEIRO, Bruno Cezar & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Horizontes Amazônicos: para pensar o Brasil e o Mundo. São Paulo. Expressão Popular. 2021.

MILANEZ, Bruno. FONSECA, Igor Ferraz. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: o caso das enchentes no Brasil. boletim regional, urbano e ambiental | 04 | jul. 2010

OLIVEIRA, W. M. M de. Narrativas de vida e pensamento decolonial: na construção da integralidade do Ser Surdo na Amazônia Tocantina. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023, 413f. Disponível em: <https://ccse.uepa.br/ppged/> Acesso em: 25.03. 2025.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: ONU, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 20.02.25.

PEREIRA, Edir. et al. A Amazônia na rota da colonialidade global: A Hidrovia Araguaia-Tocantins, conflitos de projetos, pluralidade de vozes/narrativas e perspectivas educativas. Revista Española de Educación Comparada | núm. 43 (julio-diciembre 2023), pp. 174-194.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Revista InterThesis. Vol. 09. nº 01. Jan-jun 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro. Consequência Editora, 2017.

Petersen, Paulo. et al. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. In *Forme Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p., set./out. 2009. Acesso em: <https://aspta.org.br/files/2012/05/Agroecologia-reconciliando-agricultura-e-natureza.pdf>

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In. SANTOS, Boaventura de S. MENEZES, Maria P. (Orgs). Epistemologias do Sul. Foz do Iguaçu/PR, n.1, v.1, p. 21-71, 2009. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download>.

Resolução nº. 643 / CONSUN, de 07/02/2008, Regimento do Campus Universitário do Tocantins.

ROSA, Nelma Simone Santana. PIRES, Jorge da Silva. A avaliação escolar e suas influências no processo de ensino-aprendizagem. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo

do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 02, Vol. 03, pp. 186-206. Fevereiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/a-avaliacao-escolar>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/a-avaliacao-escolar.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. Agroecologia, Ciência e Política. São Paulo: Editora Unesp; Editora Expressão Popular; Editora da UFRGS, 2022.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. São Paulo. Educação e Pesquisa. V.41. Número especial. P. 1299-1311. Dez. 2015.

SOUZA, Maria Antônia. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges (Org.). Práticas pedagógicas e elementos articuladores. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

SOUZA, Romier da Paixão; MARTINS, Sergio Roberto. Construção do conhecimento agroecológico: desafios para a resistência científico-acadêmica no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. p.73-107.

UFPA. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio. Regimento Geral da UFPA, Resolução nº. 616 (CONSUN) de 14 de dezembro de 2006.

UFPA. Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, Resolução nº. 3633 de 18 de fevereiro de 2008 que aprova o Regulamento do Ensino de Graduação no âmbito da UFPA.

UFPA. Consepe. Resolução n.4.399/2013. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará.

UFPA. Consun. Resolução 616/2006. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Resolução N. 5.467, de 27 de janeiro de 2022. Aprova as diretrizes para a estruturação das Atividades Acadêmicas de Extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), 2022.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Resolução n. 828, de 23 de março de 202. Aprova a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE), UFPA, 2021.

TOLEDO, Victor. BARRERA-BASSOLS, Narciso. La Memória Biocultural: la importância ecológica de las sabidurías tracionales. Icaria Editorial, Perspectivas Agroecológicas. 2009.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 20.02.25.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales-CLASCO. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In: CANDAU, V. M. F. (Org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.